



# Projeto Político Pedagógico Campus Palmas

Palmas - PR  
2022

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**  
**CAMPUS PALMAS**

**Reitor**

Odacir Antonio Zanatta

**Direção Geral**

Roberto Carlos Bianchi

**Direção de Planejamento e Administração**

Everaldo de Souza

**Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão**

Débora Raquel Mergen Lima Reis

**Coordenação de Ensino**

Graciela Cabreira Gehlen

**Coordenação de Pesquisa, Extensão e Inovação**

Carolina Hoppen Tonial

**PALMAS - PR**

**2022**

## COMISSÃO DE REFORMULAÇÃO DO PPP

<b>NOME</b>	<b>CARGO / FUNÇÃO</b>	<b>PORTARIA</b>
DEBORA RAQUEL MERGEN LIMA REIS	Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão	Portaria Nº 308/ 2019 – IFPR Campus Palmas
MARCIA ADRIANA ANDRADE SILVA	Pedagoga	Portaria Nº 308/ 2019 – IFPR Campus Palmas
JACOB DOS SANTOS BIZIAK	Docente	Portaria Nº 308/ 2019 – IFPR Campus Palmas
ELOISA ELENA BOCCA	Técnica em Assuntos Educacionais	Portaria Nº 308/ 2019 – IFPR Campus Palmas
HERMANO SOEIRO KIRCHHEIM	Técnico em Assuntos Educacionais	Portaria Nº 308/ 2019 – IFPR Campus Palmas
DOUGLAS SILVA DO PRADO	Técnico em Assuntos Educacionais	Portaria Nº 308/ 2019 – IFPR Campus Palmas
FRANCIELI CHASSOT	Docente	Portaria Nº 308/ 2019 – IFPR Campus Palmas
JOÃO PAULO STADLER	Docente	Portaria Nº 308/ 2019 – IFPR Campus Palmas
SILVIA LETICIA ZANMARIA	Docente	Portaria Nº 308/ 2019 – IFPR Campus Palmas
LUIZ FERNANDO RANKEL	Docente	Portaria Nº 308/ 2019 – IFPR Campus Palmas
DIEGO SPADER	Representante da Diretoria de Planejamento e Administração	Portaria Nº 308/ 2019 – IFPR Campus Palmas
KAIQUE SPAGNOL TOFOLI	Representante Discente (Cursos de Bacharelado)	Portaria Nº 308/ 2019 – IFPR Campus Palmas
ANA CAROLINE MACHADO	Representante Discente (Cursos de Licenciatura)	Portaria Nº 308/ 2019 – IFPR Campus Palmas
ANA JULIA ALMEIDA MASS	Representante do Grêmio Estudantil	Portaria Nº 308/ 2019 – IFPR Campus Palmas
EDNA MARA DE LARA	Representante de Pais e Responsáveis	Portaria Nº 308/ 2019 – IFPR Campus Palmas
JOSÉ VINÍCIUS DE SOUZA ROCHA	Representante da Sociedade Civil	Portaria Nº 308/ 2019 – IFPR Campus Palmas
SILVANA RIBAS	Representante da Sociedade Civil	Portaria Nº 308/ 2019 – IFPR Campus Palmas
ALLAN ANDREI STEIMBACH	Docente	Portaria Nº 512 / 2021 – IFPR Campus Palmas
ROBERTO CARLOS BIANCHI	Diretor Geral	Portaria Nº 512 / 2021 – IFPR Campus Palmas
DÉBORA GRAZIELE PIZÁPIO	Técnica em Assuntos Educacionais	Portaria Nº 512 / 2021 – IFPR Campus Palmas
GRACIELA CABREIRA GEHLEN	Docente- Coordenadora de Ensino	Portaria Nº 512 / 2021 – IFPR Campus Palmas
LUARA DE SOUZA LIMA VIANA	Pedagoga	Portaria Nº 512 / 2021 – IFPR Campus Palmas
MARTA FERREIRA DA SILVA SEVERO	Técnica em Assuntos Educacionais	Portaria Nº 512 / 2021 – IFPR Campus Palmas
CAMILA MACENHAN	Docente	Portaria Nº 512 / 2021 – IFPR Campus Palmas
ANTONIO SOARES JUNIOR DA SILVA	Docente	Portaria Nº 512 / 2021 – IFPR Campus Palmas
JULIANA ELOISE MAGRO	Pedagoga	Portaria Nº 512 / 2021 – IFPR Campus Palmas
RENATO KOCH COLOMBY	Docente	Portaria Nº 512 / 2021 – IFPR Campus Palmas

A utopia está lá no horizonte.  
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.  
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.  
Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.  
Para que serve a utopia?  
Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar  
**(Eduardo Galeano)**

## SUMÁRIO

<b>IDENTIFICAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>APRESENTAÇÃO DO PROJETO.....</b>	<b>8</b>
<b>1. MARCO SITUACIONAL .....</b>	<b>10</b>
1.1 O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ.....	10
1.2 O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO REGIONAL.....	14
1.3 O IFPR CAMPUS PALMAS .....	17
1.4 CONDIÇÕES FÍSICAS, MATERIAIS E RECURSOS HUMANOS DO IFPR CAMPUS PALMAS .....	22
1.4.1 Infraestrutura .....	22
1.4.2 Recursos humanos/quadro de servidores .....	23
1.5 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E CULTURAL DOS ESTUDANTES DO IFPR CAMPUS PALMAS .....	24
1.5.1 Gênero dos estudantes .....	24
1.5.2 Idade dos estudantes .....	25
1.5.3 Cor/etnia dos estudantes.....	25
1.5.4 Local de residência dos estudantes.....	26
1.5.5 Escolarização anterior dos estudantes .....	28
1.5.6 Situação de moradia e composição familiar e dos estudantes .....	28
1.5.7 Trabalho e renda dos estudantes .....	30
<b>2. MARCO POLÍTICO / CONCEITUAL.....</b>	<b>32</b>
2.1 TRAJETÓRIA DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL E AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS .....	33
2.2 A PARTIR DO DIÁLOGO ENTRE A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E A NOSSA REALIDADE REGIONAL, QUAL A FINALIDADE DA EDUCAÇÃO NO IFPR CAMPUS PALMAS? .....	34
2.3 QUAL É A TENDÊNCIA PEDAGÓGICA PACTUADA PELO IFPR CAMPUS PALMAS? .....	38
2.4 QUE SOCIEDADE QUEREMOS CONSTRUIR? QUE TIPO DE HOMEM QUEREMOS FORMAR?.....	40
<b>3. MARCO OPERACIONAL .....</b>	<b>43</b>
3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IFPR CAMPUS PALMAS .....	44
3.1.1 Unidades executivas.....	45
3.1.1.1 Direção geral .....	45
3.1.1.2 Direção de planejamento e administração .....	46
3.1.1.3 Direção de ensino, pesquisa e extensão.....	46
3.1.1.3.1 Diretrizes gerais da pesquisa, extensão e inovação no campus Palmas.....	46



3.1.2	Coordenações .....	50
3.1.2.1	Coordenação de ensino .....	50
3.1.2.2	Coordenação de pesquisa e extensão .....	50
3.1.2.3	Coordenadoria administrativa.....	50
3.1.2.4	Coordenação contábil, financeira e orçamentária .....	51
3.1.3	Seções e setores .....	51
3.1.3.1	Seção de gestão de pessoas .....	51
3.1.3.2	Seção de gabinete da direção geral .....	52
3.1.3.3	Seção de secretaria acadêmica .....	52
3.1.3.4	Seção de biblioteca .....	52
3.1.3.5	Seção pedagógica e de assuntos estudantis .....	53
3.1.3.5.1	Atendimento pedagógico .....	54
3.1.3.5.2	Atendimento psicológico .....	54
3.1.3.5.3	Assistência Estudantil .....	55
3.1.3.5.4	Assistentes de alunos .....	56
3.1.3.6	Seção de inovação e empreendedorismo .....	56
3.1.3.7	Seção de estágios e relações comunitárias .....	57
3.1.3.8	Seção de compras e contratos.....	57
3.1.3.9	Seção contábil e de patrimônio .....	57
3.1.3.10	Setor Representante de tecnologia da informação e comunicação .....	57
3.1.3.11	Setor de Comunicação institucional .....	58
3.1.4	Conselhos, comissões e núcleos.....	58
3.1.4.1	Colégio de Dirigentes do campus.....	59
3.1.4.2	Colegiado de Gestão Pedagógica do campus .....	59
3.1.4.3	Colegiados de cursos.....	60
3.1.4.3.1	Técnicos de laboratório.....	60
3.1.4.4	Comitê de pesquisa e extensão .....	61
3.1.4.5	Núcleo de Inovação Tecnológica .....	61
3.1.4.6	Núcleo de atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas .....	62
3.1.4.7	Núcleo de tecnologia e ensino à distância .....	63
3.1.4.8	Núcleo de arte e cultura .....	63
3.1.4.9	Núcleo de estudos afro-brasileiros e Indígenas .....	63
3.1.5	Acesso, mobilidade acadêmica e permanência.....	64
3.1.6	Programas institucionais de assistência estudantil.....	66
3.1.6.1	Programa de bolsas acadêmicas de inclusão social .....	66
3.1.6.2	Programa de auxílio complementar ao estudante .....	67
3.1.6.3	Programa estudante-atleta.....	67
3.1.6.4	Programa auxílio evento.....	68
3.1.6.5	Programa de bolsas monitorias.....	68

3.1.6.6 Programa de auxílio a situações emergenciais .....	68
3.1.6.7 Programa de inclusão digital .....	69
3.1.7 Programas institucionais de fomento às atividades de pesquisa, extensão e inovação .....	69
3.1.7.1 Programa de apoio à aquisição de equipamentos .....	69
3.1.8 Programas institucionais de pesquisa .....	70
3.1.8.1 Programa institucional de bolsas de iniciação científica.....	70
3.1.8.2 Programa institucional de apoio à pesquisa .....	70
3.1.8.3 Programas institucionais de extensão .....	70
3.1.8.4 Programa institucional de bolsas de extensão .....	71
3.1.8.5 Programa institucional de apoio ao extensionista .....	71
3.1.8.6 Programa institucional de direitos humanos.....	71
3.1.9 Programas Institucionais de Inovação .....	72
3.1.9.1 Programa institucional de desenvolvimento tecnológico e inovação.....	72
3.1.9.2 Programa institucional de bolsas em desenvolvimento tecnológico e inovação.....	72
3.1.9.3 Feira de inovação tecnológica.....	72
3.1.9.4 Workshop de tecnologias agroindustriais .....	73
3.1.9.5 Olimpíada de robótica .....	73
3.1.9.6 Mostra de lançamento de foguetes .....	73
3.2 PROCESSO DE AVALIAÇÃO NO IFPR CAMPUS PALMAS .....	74
3.2.1 Avaliação da aprendizagem: ensino superior e ensino médio.....	74
3.2.2 Plano de avaliação institucional.....	76
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>80</b>

## IDENTIFICAÇÃO

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) – campus Palmas está localizado na Av. Bento Munhoz da Rocha Neto, s/n, PRT-280 Trevo da Codapar. Palmas/PR. CEP: 85555-000. Fone: (46) 3262-1274.

Homepage: [www.palmas.ifpr.edu.br](http://www.palmas.ifpr.edu.br).

Os horários de funcionamento do IFPR campus Palmas são:

- Aulas:
  - ❖ Manhã: das 8h00 às 12h00
  - ❖ Tarde: das 13h30 às 17h30
  - ❖ Noite: das 19h05 às 23h05
- Direção: das 8h00 às 12h00 / das 13h30 às 17h30
- Secretaria Acadêmica: das 8h00 às 22h00
- Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis: das 7h30 às 23h05
- Setor Administrativo: das 8h00 às 12h00 / das 13h00 às 17h00
- Biblioteca: das 8h00 às 22h45



## APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Fruto de um processo de construção democrática e participativa, pautado nas discussões e interações da comunidade escolar, o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Instituto Federal do Paraná campus Palmas é um documento que apresenta a realidade do campus, bem como as utopias que dali nascem. Faz-se, enquanto identidade institucional, um farol que orienta o percurso a ser seguido para atingir os objetivos traçados pela comunidade que o constitui.

Há pouco mais de uma década existimos enquanto Instituto Federal do Paraná campus Palmas e, desde então, percorremos um longo caminho de estudos, debates e encontros para a elaboração deste documento, o qual teve sua primeira edição em 2015, e foi revisado nos anos de 2019, 2020 e 2021. Do presencial à distância, foi escrito a muitas mãos, revisado por docentes e técnicos do setor pedagógico, e corrigido por profissionais. Por isso, seu texto não é unívoco, como não deveria ser, pois se trata de um documento comunitário. Isto não significa que não tenha coerência filosófica, política e pedagógica. Ele é o que deveria ser: coeso em sua fundamentação integralizada e irregular na sua composição textual coletiva.

Ancorado em uma concepção educacional emancipadora e transformadora, entende a formação acadêmica numa perspectiva de desenvolvimento integral e omnilateral do ser humano, comprometida, acima de tudo, com um processo de transformação dos sujeitos, no que diz respeito à capacidade de se apropriar de bens materiais e não-materiais, como forma de desenvolvimento de uma autonomia pautada não em um idealismo, mas em uma materialidade de transformação que funciona a partir dos movimentos da história e, logo, da sociedade.

Para tanto, a base filosófica dá-se sob a luz da Pedagogia Histórico-Crítica. Tendo isso como premissa, todo o trabalho pedagógico - que inclui não só a sala de aula, mas todos os serviços, setores e servidores que compõem a instituição - deve ser desenvolvido, dialogicamente, a tais pressupostos.

O Projeto Político Pedagógico, embora acabado não é um documento definitivo, trata-se de uma versão que vai sendo construída e reconstruída, a partir das demandas sociais e institucionais, sendo assim um processo de mudanças constante.

De acordo com Veiga (2004, p. 14) “O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente”.

É nesse sentido que se configuram as linhas que compõem este documento. Mais do que utopias, estamos diante de um comprometimento assumido pela comunidade escolar no sentido de alcançar a educação de qualidade e emancipatória, de formar cidadãos críticos, conhecedores da realidade e empenhados em sua transformação.

## 1. MARCO SITUACIONAL

### 1.1 O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) teve origem a partir da Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. O Art. 2º desta lei caracteriza os Institutos Federais como sendo:

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

O parágrafo 1º deste artigo salienta que “para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais” (BRASIL, 2008).

Em todo o Brasil existem 38 institutos que constituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC).

O Art. 5º da Lei n.º 11.982/2008 determina a presença dos Institutos Federais nas diferentes unidades da federação, indicando, em seu inciso XXV, “a criação do Instituto Federal do Paraná, mediante a transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná” (BRASIL, 2008).

De acordo com Lemos Junior (2016), a origem do IFPR remonta ao século XIX, quando, em 1869, foi criada por imigrantes alemães residentes na cidade de Curitiba, a Escola Alemã (Deutsche Schule). Em 1914, essa instituição alterou seu nome para Colégio Progresso e, entre esse ano e 1918, durante a Primeira Guerra Mundial, devido à forte tendência nacionalista que se desenvolvia no país, teve seu patrimônio depredado e acabou sendo fechada (LEMOS JUNIOR, 2016).

Logo após o término da Primeira Guerra Mundial, a comunidade alemã de Curitiba:

[...] buscou a autorização do governo para a reabertura do colégio, sob o argumento de que fosse uma instituição genuinamente brasileira. Em 1919, a solicitação foi aceita e o Colégio Progresso foi reaberto [...] No ano de 1929, o colégio criou o ensino secundário, chamado de curso ginásial (LEMOS JUNIOR, 2016, p. 08).

Foi apenas em 1936 que essa instituição passou a ofertar um curso técnico, o Curso Comercial, de cunho essencialmente prático. Em 1943, devido ao rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha, ocasionado pelo desenrolar da Segunda Guerra Mundial, houve a dissolução desta instituição e seu patrimônio foi então entregue à Faculdade de Medicina do Paraná (LEMOS JUNIOR, 2016). Nesse processo, o Curso Comercial, criado em 1936, continuou funcionando na Academia Comercial Progresso, anexa à Faculdade de Direito do Paraná e, partir de 1943, “passou a funcionar como Escola Técnica de Comércio, anexa à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná” (LEMOS JUNIOR, 2016, p. 10).

Em 1974, a Academia Comercial Progresso foi incorporada à Universidade, passando a se chamar Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná e no ano de 1990, passou a se chamar apenas Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná. Nesse período, a instituição oferecia “onze cursos técnicos, todos na modalidade de ensino integrado, ou seja, ofertando o Ensino Médio juntamente com a formação técnica” (LEMOS JUNIOR, 2016, p. 11).

Em 2008, com a publicação da Lei n.º 11.892, foi criada a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, constituída pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET- MG) e pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET- RJ), além das escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais (LEMOS JUNIOR, 2016).

Assim, no ano de 2009, o Setor de Educação Profissional e Tecnológica (SEPT) da UFPR se desmembrou, dando prosseguimento à criação do Instituto Federal do Paraná (IFPR) que, de acordo com Lemos (2016), “herdou a maior parte dos cursos técnicos do SEPT, passando a ofertá-los no campus Curitiba” (LEMOS JUNIOR, 2016, p. 13).

A partir daí, iniciou-se o processo de expansão IFPR pelo Estado. Com o objetivo de oferecer condições adequadas para a produção de conhecimento e para a qualificação da força de trabalho, necessárias ao estímulo do desenvolvimento

socioeconômico do Paraná, a distribuição espacial dos campus procurou contemplar o Estado como um todo, situando as unidades em municípios considerados polos de desenvolvimento regional.

Os campi do IFPR, atualmente, estão presentes em 26 municípios: Arapongas, Assis Chateaubriand, Astorga, Barracão, Campo Largo, Capanema, Cascavel, Colombo, Coronel Vivida, Curitiba, Foz do Iguaçu, Goioerê, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguariaíva, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranavaí, Pinhais, Pitanga, Quedas do Iguaçu, Telêmaco Borba, Umuarama, União da Vitória,

Os campi Arapongas, Astorga, Barracão, Coronel Vivida, Goioerê e Quedas do Iguaçu configuram-se como campi avançados, ou seja, unidades que prioritariamente ofertam ensino técnico, cursos de formação inicial e continuada e de Educação a Distância, atendendo as ações que integram o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

A Diretoria de Educação a Distância do Instituto Federal do Paraná (EaD-IFPR), com sede em Curitiba, tem as mesmas prerrogativas de um campus e, assim como os demais, tem autonomia para a execução das normas do Conselho Superior do IFPR (CONSUP/IFPR).

A Educação à Distância no IFPR proporciona, àqueles que não dispõem de tempo para frequentar o ambiente de ensino diariamente, uma ótima alternativa para formação e aprimoramento profissional. As aulas são transmitidas para polos descentralizados, localizados nos outros municípios do Estado onde se encontram os demais campi, permitindo aos estudantes organizarem seu tempo de estudo de acordo com suas demandas pessoais.

As finalidades e características do IFPR são descritas em seu Estatuto, aprovado pela Resolução n.º 13/2011-CONSUP, Retificado pela Resolução n.º 39/2012-CONSUP e Resolução n.º 02/2014-CONSUP:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente;

X - participar de programas de capacitação, qualificação e requalificação dos profissionais de educação da rede pública;

XI - O IFPR, verificado o interesse social e as demandas de âmbito local e regional, poderá ofertar cursos fora da área tecnológica (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2011).

A partir disso, estabelecem-se os objetivos do IFPR, descritos no Art. 5º do mesmo Estatuto:

I - Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e



VI - Ministrará em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica;

VII – executar, sem finalidade comercial, serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens com fins exclusivamente educativos (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2011).

O grande diferencial dos Institutos Federais é a possibilidade de oferta de todos os níveis de ensino na mesma instituição. Pela primeira vez é possível oferecer, no mesmo local, desde a Educação básica (cursos de nível médio técnico) até a Pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

## 1.2 O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO REGIONAL

O campus Palmas do IFPR está situado na Microrregião de Palmas, que abrange os municípios de Palmas, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa e Mangueirinha. Por sua localização próxima ao limite do Estado de Santa Catarina, o IFPR campus Palmas atinge também municípios desse Estado, principalmente Abelardo Luz, Ouro Verde, Ipuçu, São Domingos e Galvão. Esses municípios, de ambos os Estados, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), do ano de 2020, apresentam uma extensão territorial de aproximadamente 730 mil hectares e uma população aproximada de 137.475 habitantes.

Uma pequena parte da população da região trabalha em grandes propriedades rurais, enquanto outra parte, desenvolve atividades nas cidades, onde a maior oferta

de empregos está vinculada a grandes indústrias. Nesse sentido, o baixo nível de formação educacional/profissional da população em geral, faz com que os salários oferecidos por seus trabalhos sejam menores e estimula a população desenvolver trabalhos informais.

Os baixos salários, motivados, entre outros fatores, pelo baixo nível de formação educacional/profissional, impactam diretamente no Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios da região. De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2020), os municípios de Palmas, Coronel Domingo Soares e Clevelândia, particularmente, têm PIB cerca de 35% menor do que o do Paraná. Ainda de acordo com o IPARDES (2020), esses municípios têm um índice de desenvolvimento humano (IDH municipal) abaixo do índice do Paraná (0,749), como reflexo da economia e nível educacional.

O município de Palmas, sede do campus Palmas do IFPR, localizado geograficamente na região Centro-Sul Paranaense, politicamente vinculado à região Sudoeste, tinha, no ano de 2020, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), uma população estimada de 51.755 habitantes.

A história de Palmas iniciou-se há aproximadamente três séculos, na década de 1720. Os primeiros colonizadores estabeleceram-se na região entre 1836 e 1839. Em 1855, Palmas foi elevada à categoria de Freguesia, sendo denominada de Freguesia-Paróquia de Palmas. Em 1877, tornou-se a Vila do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas e, algum tempo depois, em 1879, município autônomo.

O território onde, atualmente, localiza-se Palmas foi inicialmente habitado por povos indígenas das etnias Kaingang e Guarani. Grande parte da população destes povos foi exterminada durante o processo de ocupação da região; outra parte, foi se miscigenando com imigrantes portugueses das bandeiras paulistas e com negros escravizados que chegaram no município junto com algumas das famílias que se instalaram na região.

Como a criação de gado, atividade local desenvolvida no início da ocupação, não exigia grande parcela de mão de obra, a quantidade de escravos na região era pequena. Após 1880, iniciou a chegada de alemães, italianos, poloneses, espanhóis e sírio-libaneses, além da contínua entrada de portugueses nessa região.

O município de Palmas faz parte do chamado Paraná tradicional de economia pecuarista. Contudo, outras atividades econômicas são desenvolvidas na região, tais como: agricultura, agroindústria, indústria madeireira e comércio.

A agropecuária do município conta com culturas de grãos, frutas, batatas, erva-mate e florestas plantadas. A indústria emprega cerca de 25% da população do município (IPARDES, 2020). De acordo com Schlemper (2013), o setor madeireiro é a principal atividade industrial da microrregião de Palmas, principalmente pela fabricação de lâminas de compensado. Destaca-se também na cultura local, a indústria de alimentos, especialmente de processamento de carne. As atividades comerciais e de serviços empregam cerca de 36% dos trabalhadores. (IPARDES, 2020).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Palmas, em 2010 (0,660), colocava o município na 2898ª posição entre os municípios brasileiros, sendo este índice inferior ao do estado do Paraná e do Brasil. Ainda no âmbito social, em 2018, a cidade apresentava cerca de 45% de sua população na linha da pobreza, enquanto o estado apresentava 13,7%, e o país 25,3%.

A disparidade percebida no crescimento econômico e nos indicadores sociais demonstra o nível de desigualdade entre ricos e pobres do município. Isso é fruto da matriz econômica baseada fortemente em atividades concentradoras de renda, como a indústria madeireira, de papel e frigorífica, a qual não exige qualificação de parte significativa de mão de obra, o que resulta em oferta de baixos salários. O mesmo ocorre com as culturas temporárias (batata, maçã etc.), porém com o agravante de oferta de trabalho somente em períodos de plantio e safra, momentos em que muitos trabalhadores migram da indústria. Por sua vez, a agropecuária, com características peculiares na região, se desenvolve em grandes propriedades rurais, promove uma concentração de renda e gera poucos empregos diretos.

### 1.3 O IFPR CAMPUS PALMAS

A origem do IFPR campus Palmas advém da transformação do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná (UNICS), instituição de natureza privada, mantida pelo Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos (CPEA) de Palmas, em março de 2010, a qual passava por dificuldades financeiras. Para não

prejudicar os estudantes, bem como toda a região, o Governador do Estado do Paraná na época, Roberto Requião, determinou a desapropriação do imóvel e dos bens móveis e laboratoriais e, imediatamente, estabeleceu um convênio com o Ministério da Educação para que fosse criada uma Instituição Federal de ensino que pudesse ofertar educação superior, de qualidade e gratuita a todos.

Registros históricos relatam que, no ano de 1968, aconteceu a instalação e autorização de funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI, pelo Decreto Federal 63583/68 – com quatro cursos: Filosofia, História, Pedagogia e Letras.

Em 1972, em Assembleia Geral Extraordinária, o diretor-presidente do CPEA propôs a criação da Universidade do Sudoeste do Paraná, com sede em Palmas, propugnando pela implantação de uma Universidade que unificasse e expandisse o ensino superior na região, projeto que acabou não se concretizando.

Entre 1979 e 1980, foram criadas e autorizadas as Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas – FACEPAL, instaladas com apoio do Poder Público Municipal – Lei Municipal n.º 654/79 – Decreto Federal 84784/80 – sob a Administração do CPEA e com os cursos iniciais: Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – depois, Licenciatura em Educação Física e, em 1985, Administração Rural e Licenciatura em Ciências com habilitação para Matemática, Biologia e Química.

Em 1987, a administração do CPEA/Faculdades de Palmas voltou-se para a expansão das instalações físicas, com aquisição de uma área de 30 alqueires, com abertura dos primeiros caminhos no terreno e início da construção do campus II na PRT 280.

Em 1990, houve esforço para instalação de uma Universidade Regional, a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu – UNIVALE, integrando as instituições FAFI e FACEPAL de Palmas, FAFI e FACE de União da Vitória, FUNESP de Pato Branco e FACIBEL de Francisco Beltrão, todas localizadas no Sul e Sudoeste do Paraná.

Diante da impossibilidade colocada pelo governo em cumprir com esse objetivo, as Instituições de Ensino Superior que integraram o projeto da UNIVALE, buscaram outros caminhos. Assim, em 1992, as Faculdades de Palmas assinaram um

convênio de Amparo Técnico e Financeiro com o Estado, destinado ao subsídio das mensalidades e a compra de equipamentos, materiais e instrumentais.

Em outubro de 1993, sem abandonar a proposta de uma Universidade Regional, as Faculdades de Palmas protocolaram, em Brasília, um novo processo, solicitando, via reconhecimento do Conselho Federal de Educação, do Ministério da Educação (CFE/MEC), a implantação da Universidade Católica do Sudoeste do Paraná, com proposição de vários cursos novos. O processo foi arquivado, em razão do fechamento do Conselho Federal de Educação pelo Presidente da República da época.

No decorrer de 1998, estruturado o novo Conselho Nacional de Educação, pautado em Políticas Nacionais redefinidas com base na Lei 9394/96, foi encaminhado um processo solicitando a transformação da FAFI/FACEPAL em Centro Universitário. Para a instrumentalização do processo, foi necessário solicitar a mudança de categoria de Faculdades Isoladas, para Faculdades Integradas de Palmas, o que foi aprovado em 15 de fevereiro de 2001 – Portaria MEC 285/2001.

Em 2002, através da Portaria do MEC 2993/2002, as Faculdades Integradas de Palmas, passaram a denominar-se Faculdades Integradas Católicas de Palmas e, em maio de 2004, pela Portaria Ministerial 1274/04, foram transformadas em Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná, com alteração posterior do nome para Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná.

A partir de 2004, com a autonomia concedida aos Centros Universitários pela legislação em vigor, o UNICS, instalou novos cursos, tais como Farmácia, Enfermagem, Direito, Engenharia Civil e Agronomia.

No início de 2009, a administração do CPEA/UNICS passou a focar na mudança da instituição para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, novo programa do Governo Federal para expansão do Ensino Superior, Técnico e Tecnológico, lançado em dezembro de 2008.

Esta iniciativa contou, desde o princípio, com a integração de lideranças políticas locais, regionais e nacionais, pessoas representativas de diversos movimentos e associações que, deixando de lado ideologias e agremiações partidárias, se uniram em torno da causa da Federalização do UNICS por entenderem que esta conquista seria uma importante alavanca para o desenvolvimento de Palmas e da região.

Em 17 de março de 2010, aconteceu no campus II do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná, o ato oficial de desapropriação dos bens imóveis e laboratoriais do UNICS e a instalação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.

No dia 14 de junho de 2010, a Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação, através da Portaria nº 728/2010, publicada no Diário Oficial da União nº 112 de 15 de junho de 2010, aprovou a incorporação dos cursos e estudantes pelo IFPR, e declarou extinto o Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná, o qual contava com 20 cursos de Ensino Superior, a saber: Administração, Bacharelado em Educação Física, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia Agrônoma, Engenharia Civil, Farmácia, Licenciatura em Artes Visuais, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Física, Licenciatura em Letras-Espanhol, Licenciatura em Letras-Inglês, Licenciatura em Letras-Português, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Química, Sistemas de Informação e Tecnologia Agroflorestal. Desses cursos, após a federalização, seis foram extintos: Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras Português, Licenciatura em Letras Português-Espanhol, Licenciatura em Física, Tecnologia Agroflorestal, Engenharia Civil.

O campus Palmas do IFPR decorre da primeira fase de expansão dos Institutos Federais (2008 a 2010). Atendendo às necessidades sociais locais e cumprindo a legislação de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, foram implementados, na sequência, dois cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

Em 2013 ofertou-se a primeira turma do Curso Técnico em Serviços Jurídicos integrado ao Ensino Médio, iniciando o processo de verticalização do curso de Direito. Em 2014, iniciou-se o Curso Técnico em Alimentos, verticalizando os cursos de Engenharia Agrônoma, Farmácia e Química.

Desde 2018, o Colegiado de Letras, com o apoio de professores de outros colegiados, passou a oferecer o Curso de Especialização em Linguagens Híbridas e Educação, voltado especialmente ao público que, de alguma forma, se interessa pelos campos da língua, linguagem e ensino.

Atualmente o campus Palmas oferece 22 cursos que integram os eixos tecnológicos constantes no quadro a seguir:



**Quadro 1:** Eixos tecnológicos, níveis e modalidades dos cursos ofertados no campus Palmas do IFPR

<b>EIXO TECNOLÓGICO</b>	<b>NÍVEL/MODALIDADE</b>	<b>NOME DO CURSO</b>
Ambiente e Saúde	Graduação Bacharelado	Enfermagem
		Farmácia
	Subsequente Técnico (EaD)	Meio Ambiente
		Agente Comunitário de Saúde
Informação e Comunicação	Graduação Bacharelado	Sistemas de Informação
Recursos Naturais	Graduação Bacharelado	Agronomia
Gestão e Negócios	Graduação Bacharelado	Administração
		Ciências Contábeis
		Direito
	Médio Técnico Integrado	Serviços Jurídicos
		Artes Visuais

Desenvolvimento Educacional e Social	Graduação Licenciatura	Ciências Biológicas
		Educação Física
		Letras Português/ Inglês
		Pedagogia
		Química
	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Linguagens Híbridas e Educação
	Formação Inicial e Continuada (FIC)	Espanhol Básico
		Inglês Básico
		Inglês Intermediário
		Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
Produção Alimentícia	Médio Técnico Integrado	Alimentos

**Fonte:** Plataforma Nilo Peçanha (2019).

## 1.4 CONDIÇÕES FÍSICAS, MATERIAIS E RECURSOS HUMANOS DO IFPR CAMPUS PALMAS

### 1.4.1 Infraestrutura

O IFPR campus Palmas fica localizado a, aproximadamente, cinco quilômetros do centro do município de Palmas. No processo de desapropriação dos bens da UNICS, o IFPR recebeu uma estrutura de edificações preexistentes num total de 17.046,79 m<sup>2</sup> em um terreno com 687.224 m<sup>2</sup> (70 hectares).

Entre 2018 e 2019 foi construído um novo espaço destinado ao refeitório de estudantes e novas instalações de acessibilidade às pessoas com deficiência, totalizando 17.707 m<sup>2</sup> de área construída.

Dentro da área do campus há um grande espaço de preservação ambiental que serve de “laboratório aberto” aos cursos de Agronomia e Ciências Biológicas. Esta área apresenta grande variedade de fauna e flora, permitindo espaços de estudo e de pesquisa.

O campus conta, também, com ampla área experimental, sendo aproximadamente nove alqueires de área cultivável, o que possibilita uma grande diversidade de experimentos, tais como: soja, milho, pastagens, adubação, lúpulo, fruticultura etc. Para apoio às atividades desenvolvidas nesta área, o campus possui uma “patrulha agrícola”, com seis implementos agrícolas:

O campus Palmas possui um amplo espaço para a prática de esportes, composto por duas quadras poliesportivas, campo de futebol, pista de atletismo, quadra de futebol, campo de vôlei de areia, piscina semiolímpica aquecida e espaço de convivência e amplo espaço externo, para caminhadas e exercícios físicos, inclusive muito utilizado pela comunidade local. Possui ainda uma das maiores bibliotecas do interior do Paraná, com aproximadamente 110.000 exemplares.

Suas dependências contam com 44 salas de aula, as quais possuem capacidade média para 40 estudantes e são equipadas com projetores e lousas interativas, e com 32 laboratórios didáticos, distribuídos nas diversas áreas de atuação, tais como: farmácia, biologia, química, enfermagem, anatomia, alimentos, solos, fitopatologia, artes, matemática, informática, robótica, musculação, ginástica e fermentação (desenvolvimento de bebidas).

Há um espaço para eventos, palestras e cursos, o qual tem capacidade para 250 pessoas, o que significa que está muito aquém das necessidades do campus, devido ao tamanho da instituição e número de estudantes atendidos.

O IFPR campus Palmas conta ainda com uma cantina e uma central de reprografia que atualmente estão com serviços licitados.

#### **1.4.2 Recursos humanos/quadro de servidores**

Até o presente ano (2021), o quadro de servidores efetivos do campus Palmas é formado por um total de 137 (cento e trinta e sete) servidores docentes, das diversas áreas e formações exigidas para a atuação junto aos cursos de ensino Médio Integrado e de Graduação, e 50 (cinquenta) servidores técnicos administrativos em educação, com variadas formações e que ocupam as mais diversas funções, tais como: pedagogos, assistentes sociais, assistentes de alunos, assistentes administrativos, técnicos em assuntos educacionais, técnicos de laboratórios de química, biologia, agronomia e informática, técnicos em tecnologia da informação, psicólogo, tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), bibliotecárias, auxiliares de bibliotecas, técnico em contabilidade, contador e administrador.

#### **1.5 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E CULTURAL DOS ESTUDANTES DO IFPR CAMPUS PALMAS**

A necessidade de conhecer os estudantes que compõem o quadro discente do IFPR, campus Palmas, trouxe a demanda de traçar um perfil étnico-cultural-social dos mesmos. Para isso, foi realizada uma pesquisa, a partir de informações disponíveis na secretaria acadêmica do campus e de questionário aplicado aos estudantes dos cursos de graduação, nos meses de agosto e setembro de 2018. Infelizmente, a pesquisa não foi realizada junto aos estudantes do Ensino Médio.

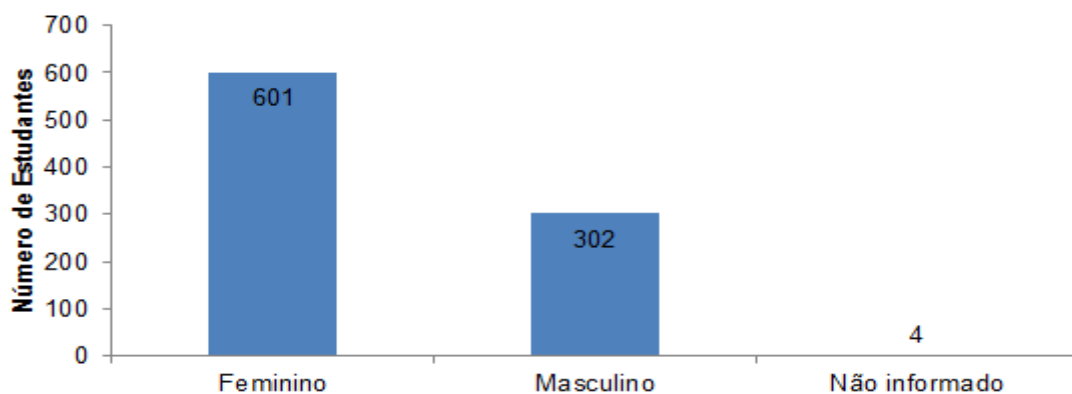
Novecentos e sete (907) estudantes responderam ao questionário, o que corresponde a amostra inferior a 40% do total de estudantes matriculados no campus. Contudo, entende-se que, respeitada a ressalva exposta no parágrafo anterior, é amostra potencialmente capaz de revelar o perfil dos estudantes dessa instituição.

Nos gráficos que seguem, os dados são apresentados a partir desta amostra, mas a análise tenta derivar, a partir deles, o perfil socioeconômico dos estudantes do IFPR – campus Palmas.

### 1.5.1 Gênero dos estudantes

No que se refere à identidade de gênero dos estudantes do IFPR campus Palmas, podemos verificar que, no ensino superior, o maior número de estudantes matriculados, assumem-se enquanto sujeitos do gênero feminino. Do total dos 907 estudantes que responderam ao questionário, 601 afirmaram identificar-se como pertencendo ao gênero feminino, 302 ao gênero masculino e 04 estudantes não responderam a esta pergunta.

**Gráfico 1** - Gênero dos estudantes do IFPR campus Palmas

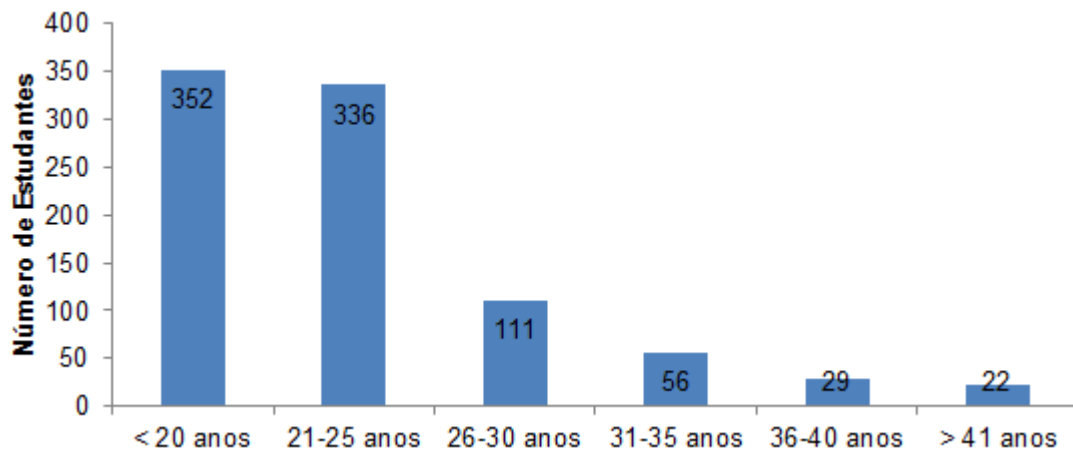


**Fonte:** Levantamento socioeconômico IFPR - campus Palmas (2019).

### 1.5.2 Idade dos estudantes

Pode-se afirmar que o perfil predominante dos respondentes da pesquisa é jovem, pois mais de 75% do total (688 estudantes), informaram ter idade igual ou inferior a 25 anos. Os demais, 219 estudantes, que representam 11,8% dos respondentes, informaram ter mais de 30 anos de idade.

**Gráfico 2 - Idade dos estudantes do IFPR campus Palmas**

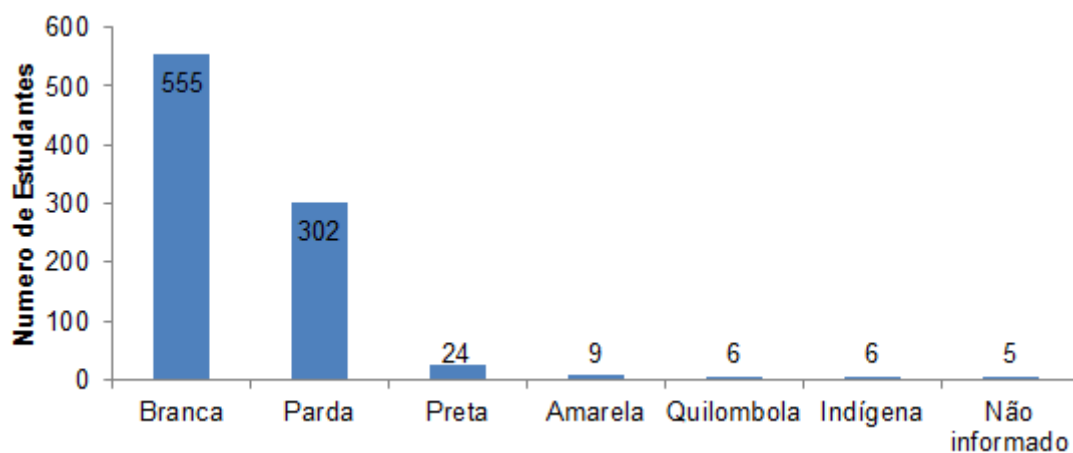


Fonte: Levantamento socioeconômico IFPR - campus Palmas (2019).

### 1.5.3 Cor/etnia dos estudantes

Fruto do perfil local aliado às políticas de inclusão da instituição, 347 estudantes, cerca de 37% do total de respondentes, declararam-se pretos, pardos, quilombolas ou indígenas.

**Gráfico 3 - Cor/etnia dos estudantes do IFPR campus Palmas**



Fonte: Levantamento socioeconômico IFPR - campus Palmas (2019).

Grifa-se a informação anterior, pois sabemos que, mesmo que neste campus, o número de respondentes que se declara branco, seja a maioria (555, ou 61,1% do total de respondentes), o histórico da educação brasileira, sobretudo, naquilo que

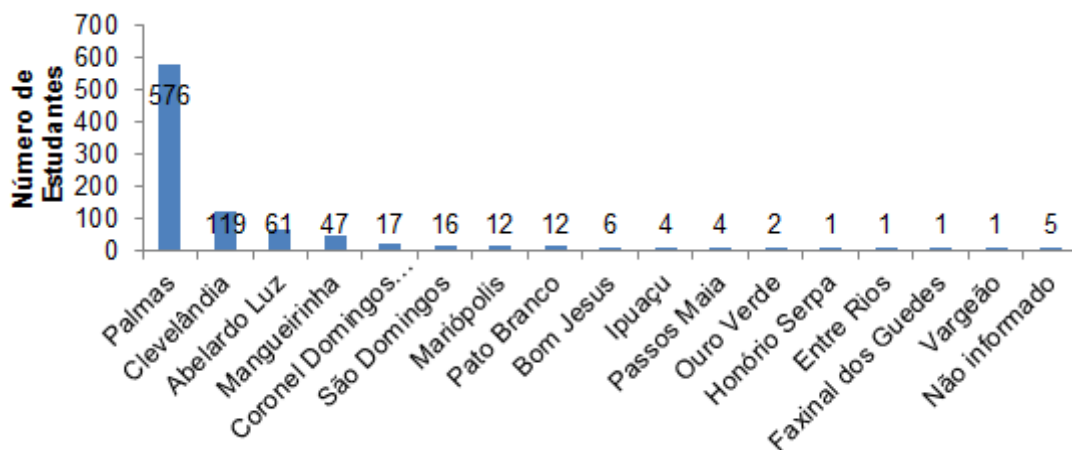


concerne à educação superior, constata-se um acesso muito inferior da população não branca.

#### 1.5.4 Local de residência dos estudantes

Fruto de dois questionamentos aos estudantes, este mapeamento indica que, mesmo sendo a maioria dos estudantes residentes no município de Palmas, este campus atende a vários municípios circunvizinhos, sejam do sudoeste do Paraná, como Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Mangueirinha, Mariópolis e Pato Branco, sejam do oeste de Santa Catarina, como Passos Maia, Abelardo Luz, São Domingos, Bom Jesus, Ipuçu, entre outros descritos no Gráfico abaixo.

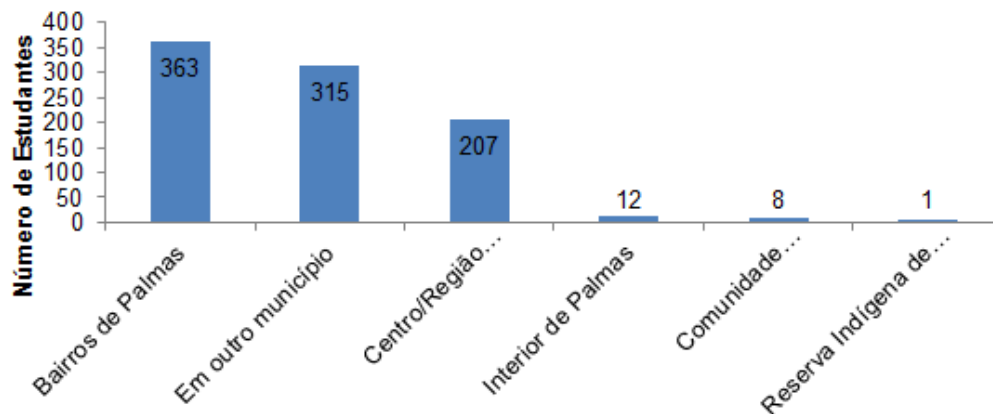
**Gráfico 4** - Município de residência dos estudantes do IFPR campus Palmas



**Fonte:** Levantamento socioeconômico IFPR - campus Palmas (2019).

Ainda sobre a especificação de sua residência, constatou-se que, a maior parte dos estudantes não reside na área central de Palmas, ou seja, ou reside em bairros de Palmas, no interior de município, em reserva indígena ou em comunidade quilombola (estes últimos segmentos totalizando mais de 42% dos respondentes), ou em outros municípios da região.

**Gráfico 5** - Local da residência dos estudantes do IFPR campus Palmas



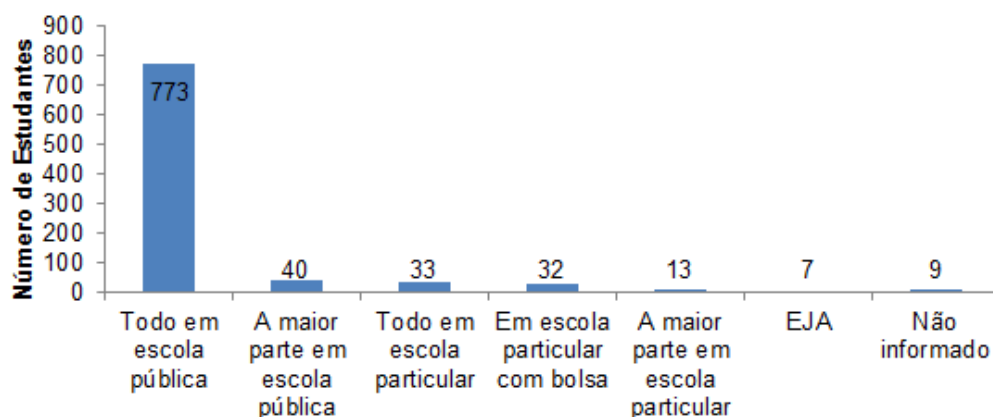
**Fonte:** Levantamento socioeconômico IFPR - campus Palmas (2019).

Esta condição apresentada denota, entre outras questões, impactos para o próprio acesso dos estudantes ao campus e, conseqüentemente, limita sua relação espaço-temporal com a instituição.

### 1.5.5 Escolarização anterior dos estudantes

A maioria absoluta dos estudantes respondentes, 773 da totalidade (85,2%) cursaram seus estudos anteriores em escolas públicas, conforme gráfico abaixo:

**Gráfico 6** - Escolarização anterior dos estudantes do IFPR campus Palmas



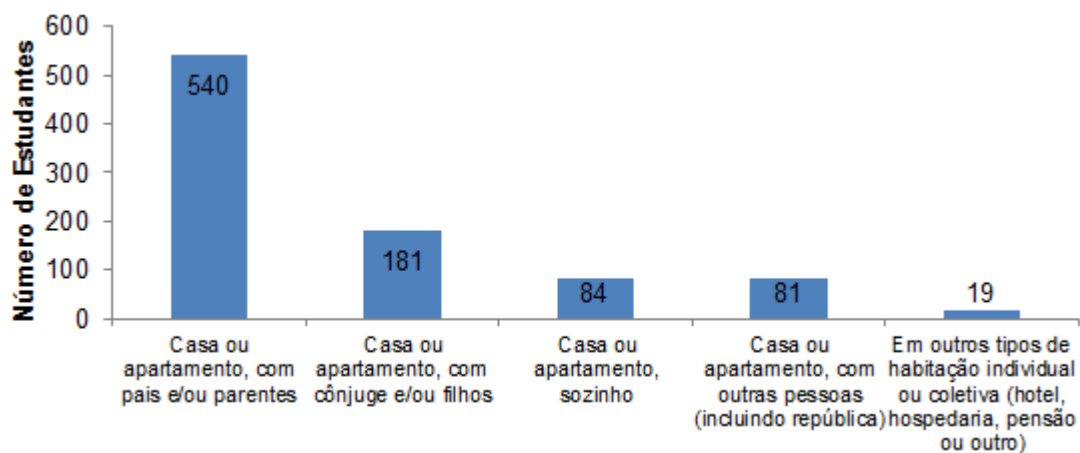
**Fonte:** Levantamento socioeconômico IFPR - campus Palmas (2019).

Esta condição apresentada pelo gráfico também indica o cumprimento de políticas de inclusão desta instituição, no sentido de criar condições de acesso aos estudantes oriundos da escola pública.

### 1.5.6 Situação de moradia e composição familiar e dos estudantes

A maioria dos estudantes respondentes (540 ou 59,5%) declararam viver em casa ou apartamento, com os pais ou parentes.

**Gráfico 7** - Situação de moradia dos estudantes do IFPR campus Palmas

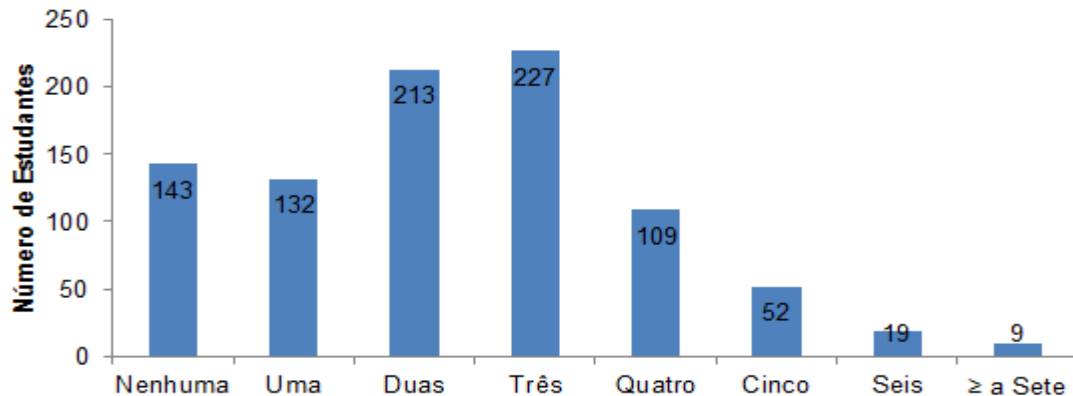


**Fonte:** Levantamento socioeconômico IFPR - campus Palmas (2019).

Apesar de minoritários, os grupos daqueles que moram em pensões, hotéis, hospedarias ou em repúblicas (juntos, 11%) podem indicar que parte dos estudantes se muda de outros lugares para Palmas, para que possam frequentar seu curso.

Outro dado relevante é o perfil de manutenção da relação familiar, ainda que já estejam os respondentes cursando a educação superior. É o que se pode observar no gráfico seguinte, no qual cerca de 83% dos estudantes respondentes moram com pelo menos 1 familiar. Observa-se, inclusive, que um percentual significativo de estudantes indica composições familiares de 5 pessoas ou mais, tendo em vista que 189, ou 20,8% dos estudantes respondentes, declararam viver com 4 ou mais familiares ou parentes.

**Gráfico 8 - Composição familiar dos estudantes do IFPR campus Palmas**

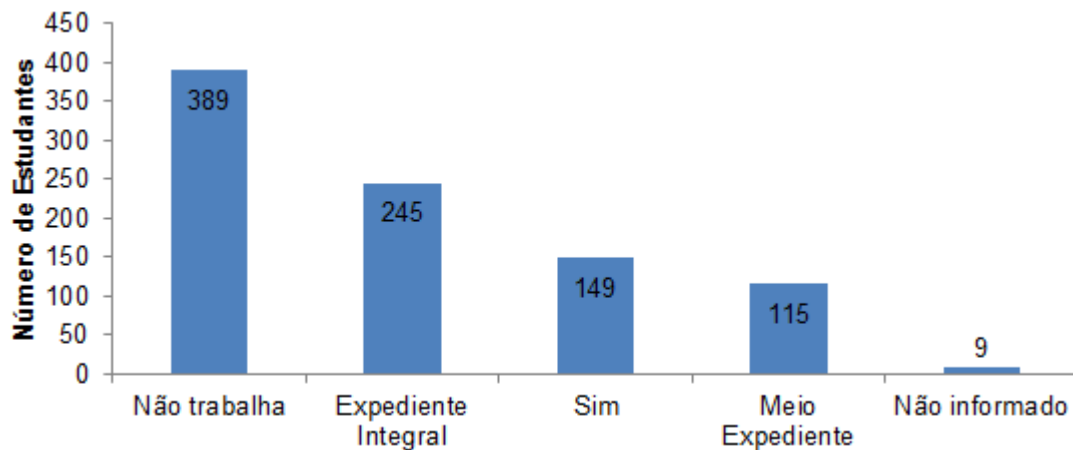


Fonte: Levantamento socioeconômico IFPR - campus Palmas (2019).

### 1.5.7 Trabalho e renda dos estudantes

Seja em período parcial, seja em período integral, a maioria dos estudantes do IFPR – campus Palmas, que respondeu ao questionário, trabalha.

**Gráfico 9 - Situação de trabalho dos estudantes do IFPR campus Palmas**

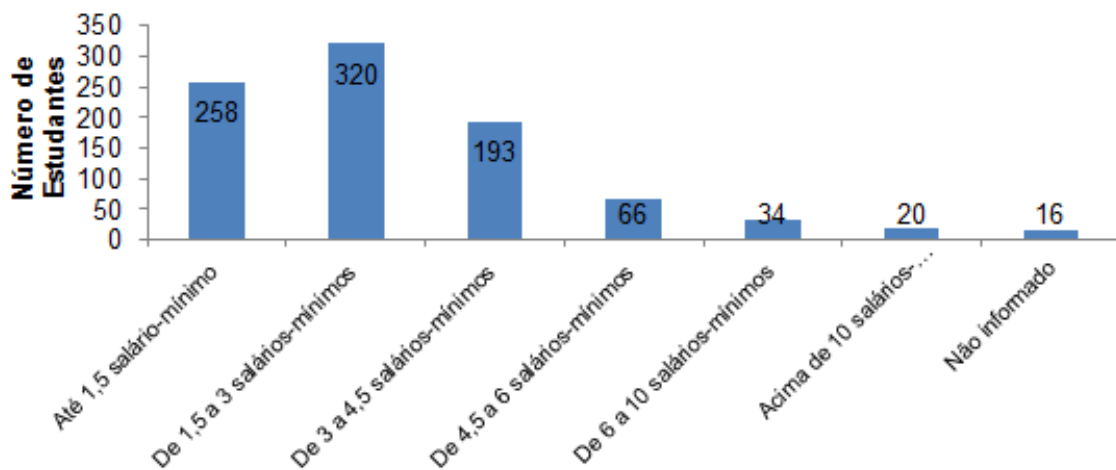


Fonte: Levantamento socioeconômico IFPR - campus Palmas (2019).

Este dado, somado ao referente à localização da moradia do estudante, ressalta a limitação que o estudante tem quanto ao seu relacionamento espaço-temporal com a instituição. Pode-se derivar dessa afirmação que parte significativa dos estudantes deve se relacionar com a instituição prioritariamente para as atividades de ensino, visto que ocupam seu “tempo de não aula”, com outras atividades necessárias para sua vida, como o trabalho.

Do apontado perfil trabalhador do alunado do campus Palmas, acresce-se o dado ilustrado no gráfico abaixo: os estudantes respondentes possuem perfil econômico de baixa renda familiar.

**Gráfico 10** - Renda familiar dos estudantes do IFPR campus Palmas



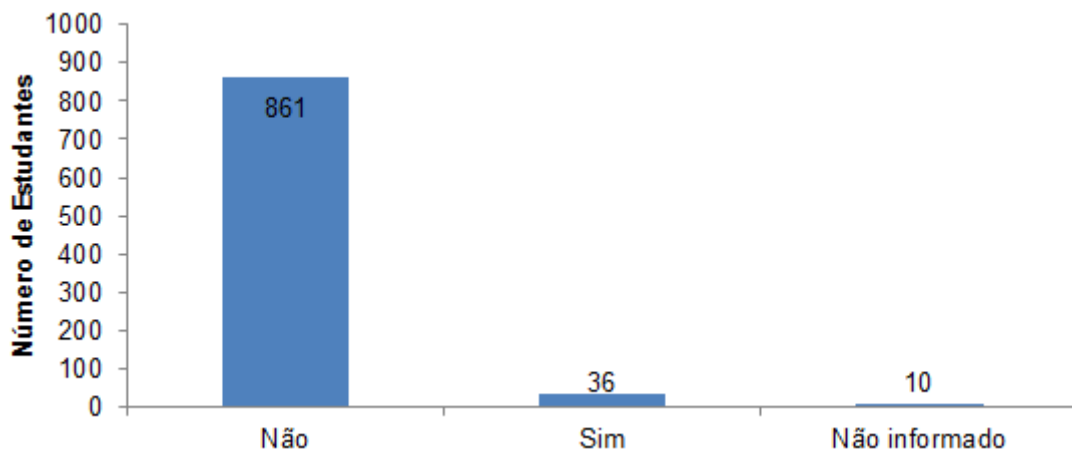
**Fonte:** Levantamento socioeconômico IFPR - campus Palmas (2019).

Os dados revelam que 578 estudantes, ou seja, quase dois terços dos respondentes (63,7%), possuem renda familiar total de, no máximo, três salários-mínimos. Esse dado cruzado com o anteriormente apresentado, o qual aponta que a composição familiar da maioria dos estudantes é igual ou superior a 3 (três) pessoas, revelam a condição social de pobreza da maioria dos nossos estudantes.

Pode-se acrescer a este dado o fato de que parte desta renda é, para alguns estudantes respondentes e suas famílias, advinda de programas sociais ou de programas de assistência estudantil da própria instituição, conforme os dois gráficos a seguir.

O gráfico 11 revela que do total de estudantes que responderam ao questionário, 36 afirmaram receber algum auxílio financeiro do governo.

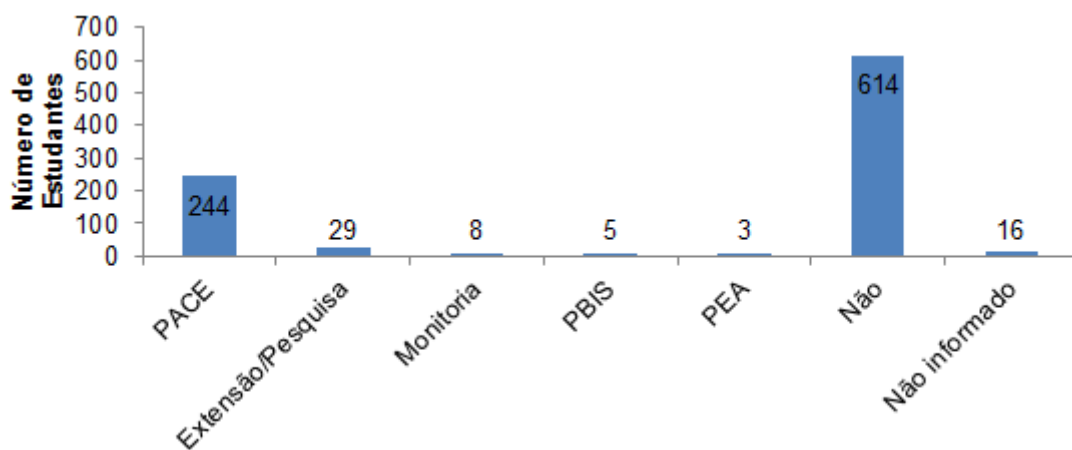
**Gráfico 11** - Estudantes do IFPR campus Palmas que declararam receber algum auxílio financeiro do governo



**Fonte:** Levantamento socioeconômico IFPR - campus Palmas (2019).

No questionário aplicado ainda questionou-se quanto ao recebimento de bolsas e auxílios financeiros disponibilizados pelo IFPR. Neste questionamento, houve 919 respostas, em vista que os estudantes poderiam selecionar mais de uma opção, pois alguns auxílios e bolsas podem ser acumulados. 289 respostas, correspondentes a 31% do total, representam o número de auxílios e bolsas recebidos pelos 907 estudantes respondentes da pesquisa.

**Gráfico 12** - Estudantes do IFPR campus Palmas que declararam receber alguma bolsa ou auxílio financeiro da instituição



**Fonte:** Levantamento socioeconômico IFPR - campus Palmas (2019).

Mesmo não sendo maioria, o dado de estudantes que participam de programas internos de assistência estudantil, acrescido dos dados de renda e de trabalho, indicam a condição de vulnerabilidade social de boa parte de nossos estudantes.

## **2. MARCO POLÍTICO / CONCEITUAL**

### **2.1 TRAJETÓRIA DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL E AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS**

A reflexão filosófica sobre educação é que dá sentido à pedagogia, definindo os valores que direcionam a prática educacional e os resultados que nortearão o futuro do estudante e da sociedade em que o mesmo está inserido. Não existe Proposta Pedagógica sem proposições filosóficas. Essas, por sua vez, podem, mas não devem ser inconscientes, pois precisam estar explícitas nos documentos e na realidade objetiva e subjetiva das práticas desenvolvidas pela instituição educacional.

A adoção de uma Proposta Pedagógica é um ato político necessariamente vinculado a um projeto de sociedade; por isso, quando adotamos, por exemplo, a “Pedagogia da Libertação”, sabemos que assumimos uma concepção problematizadora de educação, dentro de uma prática dialógico-dialética, pois educador e educando aprendem juntos e estão comprometidos com a transformação da realidade em que vivem. Por outro lado, se empregarmos a “Pedagogia Liberal Tradicional”, verificamos uma relação de predominância da autoridade do professor e de uma atitude receptiva dos estudantes, com um docente que transmite o conteúdo na forma de verdade, a qual deve ser absorvida e comprometido com a reprodução da sociedade atual.

Por isso, a necessidade de entendermos o que está por trás das práticas pedagógicas, pois todas elas representam uma visão e/ou um projeto de sociedade. Revelar as intenções do planejamento, da forma de avaliar, do método de ensino é visualizar o tipo de sujeito que queremos como processo de construção a ser assumido: o homem culto ou o homem que não sabe nada, os homens que pensam ou os homens que só poderão utilizar instrumentos ou decorar informações.

O pensamento pedagógico brasileiro, nos últimos anos, ganhou uma forte influência das concepções críticas e progressistas de educação, se não na prática (que ainda prima pelo tradicional), nos planos, diretrizes, projetos e algumas políticas de ensino. Entretanto, a dicotomia existente entre os ideais e a prática, entre o discurso e o real, tem feito parte da história da educação brasileira, que, em transformação, almeja por mudanças.



De acordo com Moacir Gadotti (2004), os pensadores brasileiros apresentam sínteses, divisões e conceitos diferenciados na tentativa de enquadrar e compreender o pensamento pedagógico brasileiro. Entre eles, citaremos aqueles que têm influenciado acentuadamente o sistema educacional nas últimas décadas, através das propostas curriculares, dos projetos políticos pedagógicos, dos concursos para o magistério, da formação dos docentes nos cursos de licenciatura e do planejamento escolar.

Para o filósofo, pedagogo e fomentador da teoria histórico crítica, Dermeval Saviani (1983), existem quatro grandes tendências: o “humanismo tradicional”, o “humanismo moderno”, a “concepção analítica” e a “concepção dialética”. Para ele, o educador vive em conflito entre essas diferentes ideologias.

O, então, educador José Carlos Libâneo (1985), pensador envolvido com a educação das classes sociais menos favorecidas e comprometido com a pedagogia Crítico-social dos conteúdos, divide a educação em duas tendências: aquelas “liberais” que têm por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais – *tendência tradicional, renovada progressivista, renovada não-diretiva e a tecnicista* – e aquelas “progressistas” que veem a educação com finalidades sociopolíticas, instrumento de luta dos professores - *tendência libertadora, tendência libertária e a tendência crítico-social dos conteúdos*.

Já Beno Sander (1984), estudioso das políticas educacionais brasileiras, coloca que o debate da educação no Brasil gira em torno de dois eixos: a *pedagogia do consenso* - ordem, equilíbrio, controle, harmonia, progresso como ideal - e a *pedagogia do conflito* com sua crítica radical do pensamento pedagógico liberal, defende a possibilidade de repensar a educação em termos dialéticos.

Nicanor Palhares Sá (1985) vê quatro concepções na educação brasileira contemporânea: reprodutivista, pesquisa participante, a alternativa crítica e a tendência revolucionária, sendo que para ele as três primeiras primam pela manutenção do sistema econômico atual.

Apesar da aparente distinção entre todas essas tendências e interpretações, elas todas dialogam com uma percepção de nossa história: marcada pela luta entre aqueles que detêm o poder econômico, político, cultural e as classes oprimidas que, há séculos, lutam por melhores condições de vida.

Consciente ou inconscientemente, atuamos profissionalmente entre esses dois polos, entre esses dois projetos políticos de sociedade: um voltado à manutenção do *status quo* e outro à transformação, pois, conforme Moacir Gadotti argumenta em seu livro *Pensamento pedagógico brasileiro*:

É preciso que a competência técnica esteja fundamentada num compromisso político, porque a competência depende de um ponto de vista de classe. Não somos competentes, em geral, mas somos competentes para uma classe e não o somos para outra (GADOTTI, 2004, p. 130).

## 2.2 A PARTIR DO DIÁLOGO ENTRE A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E A NOSSA REALIDADE REGIONAL, QUAL A FINALIDADE DA EDUCAÇÃO NO IFPR CAMPUS PALMAS?

Esclarece-se, *a priori*, informação que pode parecer óbvia, mas que precisa ser demarcada: o IFPR campus Palmas é uma instituição escolar. Ressaltar essa obviedade é assunção política necessária para que coletivamente compreendamos o tipo específico de instituição em que nos localizamos: a escola moderna.

A escola, no modo de produção capitalista, assumiu a função de formar a mão de obra necessária para a manutenção da ordem vigente, em que os conteúdos trabalhados são mínimos e não dão subsídios para a análise crítica das questões relacionadas ao modo de produção capitalista. Desta forma, os estudantes tornam-se alheios, passivos e sem um referencial que norteie a sua prática para a mudança.

Mesmo que se possa concordar com essa crítica que se faça à escola moderna, nossa concepção de educação coletivamente pactuada, encontra na escola elementos de contradição que nos permite pensar uma educação crítica para as classes trabalhadoras - nosso público potencial.

É nesse quadro e a partir dessas bases históricas que o que chamamos de pedagogia histórico-crítica se empenha na defesa da especificidade da escola. Em outros termos, a escola tem uma função especificamente educativa, propriamente pedagógica, ligada à questão do conhecimento; é preciso, pois, resgatar a importância da escola e reorganizar o trabalho educativo, levando em conta o problema do saber sistematizado, a partir do qual se define a especificidade da educação escolar (SAVIANI, 2011, p.84).

Essa instituição escolar, que é o IFPR - campus Palmas, integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e tem, como marco político de sua

consolidação, a promulgação da Lei n.º 11892/2008, conforme já apontado neste Projeto Político-Pedagógico. Importa, contudo, ressaltar que, *pari passu* à efetivação da própria rede, esteve a discussão dos fundamentos que lhe dão base de sustentação. Conforme evidencia Pacheco (2015, p.28):

O debate sobre os Institutos Federais antecederam em cerca de um ano e meio as discussões sobre as Diretrizes Curriculares da Educação Técnica de Nível Médio, também coordenadas pela SETEC/MEC. Por isso, muitos dos conceitos e concepções produzidos durante os debates sobre os IFs foram incorporados nas Diretrizes. Mesmo porque, em nenhuma dessas situações, partimos do nada. Pelo contrário, nos valem de uma rica discussão que vinha sendo desenvolvida por intelectuais, acadêmicos e dirigentes preocupados com as questões relacionadas à EPT, algumas, inclusive, incorporadas ao Documento-Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (2007). Mesmo porque os conceitos e concepções que nos orientaram, resguardadas algumas especificidades, são válidas para o conjunto da EPT, independentemente de seu nível.

Fazemos essa enunciação preliminar de modo a ressaltar que, em que pese a especificidade do campus Palmas em relação ao IFPR (especificidade esta já detalhada neste PPP e aqui retomada conceitualmente), há balizas conceituais, que perpassam a Rede Federal de EPT, que são assumidas pelo campus e que serão melhor discutidas ao final desta seção.

Seja pela história prévia à incorporação à Rede Federal de EPT, como centro universitário, seja pela aproximação que a rede faz com princípios consagrados nas universidades brasileiras, o IFPR - campus Palmas entende que não há razão de ser em sua existência, se não houver diálogo constante entre a comunidade que o circunda e o conhecimento que ele produz, por essa razão compreende como basilar a defesa e manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão não pode ser pensado de forma isolada, como em si mesmo. Ele decorre de discussões acerca da consolidação de determinado projeto de Universidade, cuja formação e produção de conhecimento dialogassem de forma mais ativa e dialógica com os demais segmentos da sociedade (GONÇALVES, 2015, p.1249).

Ademais, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm sua atuação direcionada ao desenvolvimento regional, em articulação com os arranjos produtivos locais. De acordo com Schlemper (2013), o Estatuto do IFPR contempla, como um de seus princípios norteadores, no capítulo II, artigo 3º, inciso III, a “eficácia

nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos físicos locais, sociais e culturais” (IFPR, 2008, p.3). Em seu Art. 4º, que trata das finalidades e características do IFPR, evidencia-se, em seu inciso IV, que a instituição tem como uma de suas finalidades “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal do Paraná” (IFPR, 2008, p.5). E, ainda, no artigo 37º, os arranjos produtivos locais estão presentes como norteadores das atividades de pesquisa:

As atividades de pesquisa têm como objetivo desenvolver espírito científico e pensamento reflexivo para a investigação, a produção e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, visando o desenvolvimento da sociedade a partir dos arranjos produtivos locais, sociais e culturais (IFPR, 2008, p. 13).

Na região em que se encontra instalado o IFPR – campus Palmas, os arranjos produtivos locais identificados, de acordo com o que enumera Schlemper (2013), foram: o de confecções, de móveis e software. Todavia, os núcleos produtivos desses arranjos encontram-se em cidades da Região que se localizam, em média, a 200 quilômetros do campus, o que passa a ser uma limitação da possibilidade de formação de profissionais especializados, através da atividade de ensino, pois dificulta aos estudantes destes municípios frequentarem os cursos, especialmente de nível médio, sejam nas modalidades, integrado, concomitante, seja no pós-médio.

Mas se há uma limitação sobre a questão de formação pelos cursos regulares de ensino, outras formas possíveis de atuação do campus foram cogitadas, especialmente três. A primeira, através de pesquisas direcionadas aos setores, produzindo inovação de processos e produtos, elevando seu potencial competitivo, a segunda, através da participação do IFPR – campus Palmas nas governanças dos APLs, contribuindo em sua condução estratégica e estimulando o processo associativo, e a terceira, através do fomento e estímulo à criação e instalação de empresas dos setores de confecções, móveis e software, que pudessem se agregar aos APLs da região, e aí sim, beneficiar-se da formação de profissionais especializados pelo IFPR – campus Palmas (SCHLEMPER, 2013, p. 07).

A partir da análise do contexto socioeconômico e cultural da região em que está inserido o IFPR campus Palmas, podemos entender que a educação deve:

- Contribuir para a formação integral de cidadãos trabalhadores e emancipados;

- Contribuir para a formação de indivíduos que sejam capazes de produzir conhecimentos a partir de uma prática interativa com sua própria realidade;
- Agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho;
- Proporcionar formação profissional e tecnológica contextualizada, encharcada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida;
- Estabelecer a pesquisa como princípio educativo além de científico;
- Atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania;
- Direcionar o olhar para a busca de soluções para a realidade de exclusões, que ainda hoje castiga nossa sociedade, no que se refere ao direito de acesso aos bens sociais, em especial a educação.

Percebamos que, mesmo na especificidade assumida pelo IFPR - campus Palmas, as finalidades educacionais, compreendidas na realidade local, estabelecem pleno diálogo com preceitos pactuados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e que estão indicados no trabalho de Pacheco (2015, p. 29):

Trata-se de superar a divisão do ser humano entre o que pensa e aquele que trabalha, produzida pela divisão social do trabalho, presente na formação voltada ao “treinamento” para a execução de determinadas tarefas. Antes de formar o profissional, trata-se de formar o cidadão, capaz de compreender o processo produtivo e seu papel dentro dele, incluindo as relações sociais estabelecidas a partir daí. Essas relações ocorrem dentro de um determinado processo histórico onde o trabalho em busca da satisfação das necessidades materiais e subjetivas possibilita ao ser humano construir novos conhecimentos. [...] A formação humana omnilateral inclui o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho tem de ser compreendido tanto em seu sentido ontológico, enquanto realização humana, quanto prática econômica associada ao modo de produção. Quando a pesquisa é aplicada ao processo produtivo, produzindo o avanço das forças produtivas, ela transforma-se em tecnologia.

Fazemos destaque a esse diálogo, porque a história do campus Palmas que foi, antes da incorporação à Rede Federal de EPT, um campus universitário, poderia indicar uma não proximidade com compreensões conceituais que são derivadas, não necessariamente, da Educação Superior, mas, principalmente, da Educação Profissional e Tecnológica e, sobremaneira, da Educação Profissional Técnica de

Nível Médio, quando é feita a defesa do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Na organização do ensino médio, superando-se a disputa com a educação profissional, mas integrando-se seus objetivos e métodos em um projeto unitário, ao mesmo tempo que o trabalho se configura como princípio educativo – condensando em si as concepções de ciência e cultura - também se constitui como contexto, que justifica a formação específica para atividades diretamente produtivas (RAMOS, 2004, p. 48).

Dito de outro modo, a história da discussão que levou à conceituação tão rica é anterior à incorporação do campus Palmas e a efetivação nele de cursos de Ensino Médio Integrado. Mesmo assim, seja pelas necessidades derivadas da integração à rede, seja pelas compreensões próprias das necessidades educacionais derivadas do contexto local, o IFPR - campus Palmas assume e pactua tais concepções.

### 2.3 QUAL É A TENDÊNCIA PEDAGÓGICA PACTUADA PELO IFPR CAMPUS PALMAS?

Ao longo do ano de 2019, foram realizados encontros de formação, bem como reuniões com os diversos segmentos da comunidade do IFPR - campus Palmas, tendo como objetivo principal pactuar (ou repactuar) a tendência pedagógica e a concepção de educação que seriam assumidas coletivamente pela instituição. Destacamos a palavra repactuar pelo fato de que, no ano de 2015, quando da última versão publicada do nosso PPP, já se havia assumido a Pedagogia histórico-crítica como tendência pedagógica do campus, bem como a concepção de educação nela presente. Assim, estava exposto o diálogo com a Pedagogia histórico-crítica:

A partir de reuniões realizadas com os docentes e técnicos administrativos do campus Palmas, chegou-se a um consenso de que a corrente pedagógica que mais se aproxima das práticas de ensino que, até então, são realizadas na instituição e com a qual o campus irá declaradamente pactuar é a Pedagogia Histórico Crítica [...] pois é a que melhor representa os interesses e necessidades de ensino na instituição. Além disso, nas reuniões com a comunidade e com os representantes discentes, destacou-se a importância de os estudantes e profissionais formados pela instituição atuarem de maneira a transformar a realidade local, através de projetos e parcerias. Além disso, trata-se de uma transformação que, necessariamente, deve primar pela dialética entre o desenvolvimento das condições de pensamento e percepção da realidade em diálogo com as transformações objetificadas no cotidiano (IFPR/PALMAS, 2015, s/p).



Novamente, a partir do processo coletivo de discussão e construção do Projeto Político Pedagógico, assumiu-se majoritariamente a Pedagogia histórico-crítica como nossa tendência pedagógica, buscando pontos de diálogo entre sua concepção de educação e aquela exarada pelas finalidades educacionais da instituição anteriormente expostas, pois como indicam Lavoura e Martins (2017, p. 535):

Quanto mais o trabalho educativo escolar disponibilizar aos alunos conhecimentos que possibilitem a eles responder tais questões de maneira não fantasiosa, não ilusória, não mistificada e não folclórica - ou seja, disponibilizar aos alunos instrumentos teóricos, por meio da mediação do conhecimento científico, artístico e filosófico, de forma tal que as respostas a essas perguntas cada vez mais tenham aproximação objetiva e concreta com o próprio real, o que exige um "método" adequado para tal -, mais nós estaremos contribuindo para a formação de uma concepção de mundo baseada não na aparência dos processos sociais e naturais da realidade, mas sim na sua essencialidade concreta. A perspectiva materialista, histórica e dialética da atividade de ensino proposta pela pedagogia histórico-crítica não autoriza nenhum tipo de silenciamento sobre a realidade concreta ao não separar o conhecimento sobre o mundo (dimensão epistemológica) da existência efetiva deste próprio mundo (dimensão ontológica), vistas as relações entre os conteúdos escolares e a totalidade da atividade humana historicamente desenvolvida.

Entendemos, desse modo, que, mesmo sendo frutos de objetos diferentes, as concepções derivadas da Pedagogia histórico-crítica e da concepção de Ensino Médio Integrado, através do lastro do materialismo histórico-dialético, encontram diálogo entre si e ajudam compor quadro conceptual necessário à realidade do campus.

Para além da concepção de educação, de acordo com Saviani (2007, p. 9):

[...] a Pedagogia Histórico Crítica procurou construir uma metodologia que, encarnando a natureza da educação como uma atividade mediadora no seio da prática social global, tem como ponto de partida e ponto de chegada a própria prática social. O trabalho pedagógico configura-se, pois, como um processo de mediação que permite a passagem dos educandos de uma inserção acrítica e inintencional, no âmbito da sociedade, a uma inserção crítica e intencional. A referida mediação objetiva-se nos momentos intermediários do método, a saber: problematização, que implica a tomada de consciência dos problemas enfrentados na prática social, instrumentação, pela qual os educandos se apropriam dos instrumentos teóricos e práticos necessários para a compreensão e solução dos problemas detectados; e catarse, isto é, a incorporação na própria vida dos alunos dos elementos constitutivos do trabalho pedagógico.

Essa concepção metodológica, que está construída pela Pedagogia histórico-crítica e é por nós assumida como pactuação pedagógica necessária e possível, busca na Psicologia histórico-cultural elementos de sustentação necessários para



pensar o trabalho educativo (muitas vezes entendido como processo de ensino e de aprendizagem). Nos termos de Lavoura e Martins (2017, p. 538):

Compreender o trabalho educativo como atividade humana exige que pensemos a sua organização a partir da delimitação do objeto do ensino e da aprendizagem – correspondentes aos conhecimentos sistematizados dos fenômenos da realidade objetiva e convertidos em conteúdos escolares –; qual a sua finalidade definidora dos objetivos do ato educativo que, ao coincidirem com o objeto da atividade (os conteúdos escolares), promovem os motivos do ensino e da aprendizagem; e as formas pelas quais o ensino e a aprendizagem se realizam, visando explicitar quais ações e operações (procedimentos de ensino) devem ser realizadas por professores e alunos diante das tarefas escolares que pretendem concretizar o processo de transmissão e apropriação do conhecimento. Compreendida dessa maneira, a estrutura da atividade pedagógica conquista a qualidade de mediação como interposição que gera transformação, na medida em que ensino e aprendizagem configuram-se como ato intencional, mediado por signos (conteúdos escolares tomados como objeto da atividade), vinculado a uma finalidade (objetivos do ensino) e uma necessidade (motivos da aprendizagem) e organizado para realizar determinadas, ações e operações (tarefas e procedimentos de ensino e aprendizagem).

Por fim, apontamos uma ressalva: não é porque o IFPR - campus Palmas assume uma tendência pedagógica, ou mesmo uma concepção de educação, que as entendemos como sendo exclusivas, ou mesmo hegemônicas, em nossa realidade. Seja pela força da tradição de outras tendências e concepções, seja pela pluralidade de sujeitos que compõem nossa instituição, seria ingênuo ter esse entendimento. Entendemos, contudo, que tais pactuações não podem ocupar apenas o espaço discursivo e precisam se inserir na prática. Por essa razão, estão postas no Marco Operacional estratégias para rediscutir essas pactuações, seja para reforçá-las, seja para revê-las, num constante movimento que caracteriza todo e qualquer Projeto Político Pedagógico.

#### 2.4 QUE SOCIEDADE QUEREMOS CONSTRUIR? QUE TIPO DE HOMEM QUEREMOS FORMAR?

Formação do cidadão trabalhador, ético, crítico, autônomo, reflexivo, consciente de seu papel histórico. Agente político que compreenda sua realidade e seja capaz de ultrapassar os obstáculos que ela apresenta. Que seja habilitado a pensar e agir na perspectiva de possibilitar as transformações políticas, econômicas,

culturais e sociais necessárias para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva, menos desigual e mais equilibrada em seus vários âmbitos.

De forma geral, pode-se dizer que são estas as principais características apontadas nos encontros com servidores, representantes discentes e comunidade externa, quando demandados a respeito de qual sujeito o IFPR Palmas deve ter como objetivo de formação. Com isso, alguns termos foram insistentemente reiterados: “cidadão”, “aprendizagem”, “crítico”, “inclusão”, “equidade”, “democracia”, “profissional”, “pesquisa e extensão”, “reflexivos”, “comprometimento social”, “competência técnica”, “diferenças”, “mudança”. Eis, então, os significantes que mais foram repetidos ao longo dos encontros de formação e discussão.

Somou-se a isso algo fundamental: não estamos diante de palavras que podem ser recuperadas, transparentemente, de um sujeito a outro, de uma época a outra, de um local a outro. Há um processo de acúmulo semântico produzido na e pela história, por meio dos contatos entre as diferentes posições sociais, que atua diretamente nas condições de significação das palavras. Logo, não há sentido universal, mas sempre ancorado em possibilidades específicas que devem ser analisadas e compreendidas para que possamos reconstruir formas de sentido. Isso significa que tais termos devem ser tomados a partir do entendimento de qual base filosófica embasará o funcionamento do pensamento sobre sociedade e ensino. Por isso, partiu-se da discussão, entendimento e consenso de que a Pedagogia histórico-crítica (doravante PHC) é que deve nortear, enquanto princípio, as escolhas de todo tipo que atuem nas ações desenvolvidas no campus Palmas.

Logo, enunciar “cidadão”, “competência técnica” e “mudança”, por exemplo, deve ter seu sentido adequadamente projetado sobre a compreensão dos pressupostos teóricos da PHC. A isso, produzido a partir de discussões coletivas, cabe enfatizar que o sujeito com o qual lidamos é, sim, produzido pelas condições de produção oriundas do modo de produção capitalista, mesmo que para criticar, contestar e propor mudanças para este. No entanto, assume-se o compromisso de redimensionar e buscar formas materialmente produzidas de ressignificar o que podem ser as realidades vividas e almejadas pelos sujeitos. Nesse horizonte hermenêutico, o “cidadão” não é qualquer um, mas aquele que, identificado às possibilidades de “ser sujeito” capitalista, entende que estas podem ser deslocadas por meio da apropriação de conhecimento (bens imateriais) para objetivação deste

nas realidades cotidianas. Com isso, “mudar” por “competência técnica” não se resume à apropriação de conhecimento sobre como repetir movimentos ou ações com vistas a criar um produto, mas soma-se à construção de condições, sempre móveis e mutantes, de promover alterações na mera reprodução de forma a indicar que a realidade não somente pode, como se faz outra. Além disso, trata-se de um processo que não pode encontrar fim, justamente para fugir à construção de novas subalternidades.

Dessa forma, não se trata de pensar em uma sociedade melhor como “pura utopia” ou “puro idealista”. O IFPR Palmas coloca-se diante de um comprometimento com um processo de mudança que se pauta nas condições materialmente produzidas na história, sob e com a sociedade. Isso significa que qualquer alteração nas possibilidades de ser sujeito, “cidadão de mudança, a partir de um saber” parte, primeiramente, das condições de se reconhecer alienado e de que forma isso ocorre, para assim, saber e poder buscar condições imateriais e materiais de transformação social, o que se faz, também, a partir de reconhecimento de formas diversas de existir alteridade (não como um outro do sujeito, mas como diálogo interminável deste com outras formas materialmente produzidas de existências).

Por fim, pensar na formação de um sujeito inclui, necessariamente, pensar em uma sociedade a ser construída e que seja coerente com aquele. E o fato de entendermos que esta sociedade e este sujeito não estão prontos é que torna possível a construção e execução de um “projeto”, de um caminho a ser seguido. Então, os termos apresentados como recorrentes nos encontros de formação e discussão para reformulação do PPP devem ser tomados não como “qualquer um”, mas, sim, como direcionados e embasados por uma pedagogia específica, a Histórico-crítica.

### 3. MARCO OPERACIONAL

A busca por um ser humano crítico, autônomo e transformador exige ações educativas que visem fornecer ferramentas culturais, científicas e humanas na busca do pleno exercício da cidadania.

Segundo Libâneo (2001), o PPP é político e pedagógico ao mesmo tempo:

É político porque reflete as opções e escolhas de caminhos e prioridades na formação do cidadão, como membro ativo e transformador da sociedade em que vive. É pedagógico porque expressa as atividades pedagógicas e didáticas que norteiam e levam a escola a alcançar seus objetivos (LIBÂNEO, 2001, p. 23).

A organização escolar busca a implementação da articulação entre concepções, estratégias, métodos e conteúdos, somados a ações, recursos e esforços. Nessa perspectiva, o IFPR campus Palmas estabelece ações em diferentes dimensões: pedagógicas, comunitárias e administrativas. São estas:

- Desenvolver potenciais e habilidades, procurando estimular o estudante a participar ativamente da sociedade em que está inserido, entendendo a partir de quais condições e possibilidades materiais e imateriais ele pode executar isso;
- Orientar para a superação das dificuldades e desafios na busca da melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem;
- Criar um ambiente estimulante, acolhedor e motivador, buscando desenvolver a autoimagem positiva, a autoestima e o bem-estar dos estudantes no ambiente escolar;
- Formular e reformular, avaliar e reavaliar, constantemente, as práticas educativas cotidianas, mediante processo de capacitação e atualização de docentes;
- Elaborar e reelaborar, permanentemente, o currículo escolar, acompanhando a evolução e o desenvolvimento da sociedade, da ciência e da tecnologia, amparando-se nas legislações nacionais;
- Viabilizar oportunidades pedagógicas para estudantes com dificuldades de aprendizagem e/ou necessidades educacionais especiais;

- Desenvolver a integração horizontal e vertical das ações pedagógicas, objetivando a aproximação da realidade com o currículo escolar;
- Manter constante programa de avaliação institucional em todo o seu processo pedagógico e administrativo;
- Investir constantemente na aquisição de obras para o acervo da biblioteca;
- Adquirir materiais de consumo para uso cotidiano e materiais e equipamentos para uso nos mais diversos laboratórios;
- Conservar, manter e melhorar a estrutura física do campus, principalmente no que diz respeito às condições de acessibilidade;
- Promover concursos públicos para que mais docentes e técnicos administrativos em educação sejam contratados e, dessa forma, suprir a demanda por esses profissionais.

A estrutura organizacional e sua constituição humana e profissional tem um papel fundamental na qualidade do ensino e serviços oferecidos pela instituição de ensino à comunidade escolar e local.

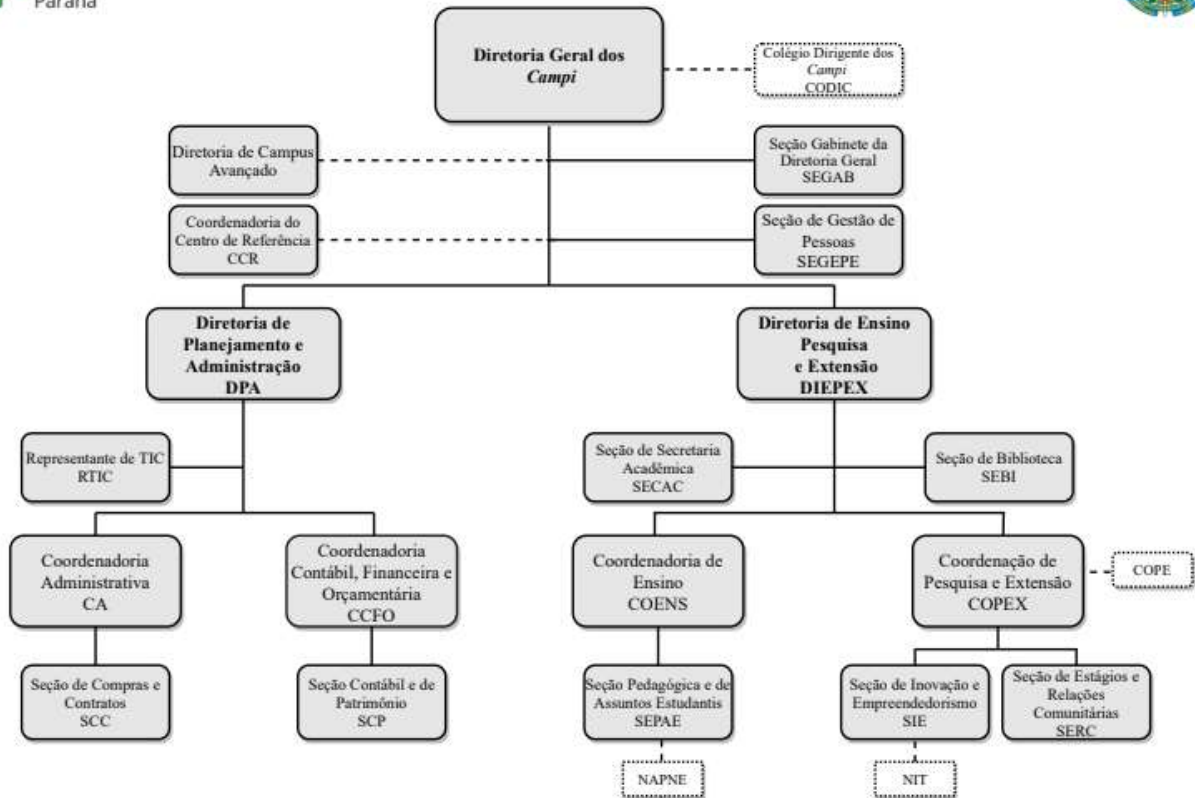
Em 1993, Sebastião Salgado fotografou uma “escola” no Quênia para jovens refugiados do sul do Sudão - na imagem observamos estudantes sentados sob árvores, uma pequena lousa e um professor – a foto que nos apresenta a existência de uma escola sem paredes, nos faz acreditar que para ensinar, basta um professor.

De fato, o professor é condição *sine qua non* no processo de educar, mas a existência de uma diversidade de profissionais que apoiem professor e educando é também condição fundamental para uma educação de qualidade.

Neste sentido, o IFPR campus Palmas apresenta um amplo leque de setores, uma diversidade de profissionais das mais diferentes áreas e inúmeros projetos, que integrados ou separadamente realizam um trabalho indispensável para alcançarmos nossos objetivos pedagógicos e sociais.

### 3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IFPR CAMPUS PALMAS

A estrutura organizacional do campus Palmas pode ser observada no organograma a seguir:



Fonte: IFPR, Portaria nº 592, de 25 de maio de 2021.

### 3.1.1 Unidades executivas

#### 3.1.1.1 Direção geral

A Direção geral do campus é responsável por planejar, implementar e acompanhar as políticas institucionais do IFPR, com base nas diretrizes homologadas pelo Conselho Superior e de acordo com as orientações determinadas pela Reitoria, em consonância com o Estatuto, com o Projeto Pedagógico Institucional, com o Plano de Desenvolvimento Institucional, com o Regimento Geral do IFPR e seu Regimento Interno próprio.



### 3.1.1.2 Direção de planejamento e administração

A Diretoria de planejamento e administração (DIPLAD) é a unidade responsável pela coordenação, orientação e execução das atividades relacionadas ao planejamento, compras, contratos, transportes, patrimônio, manutenção e obras, tecnologias da informação, segurança, contabilidade e orçamento do campus, de acordo com as diretrizes do IFPR, estabelecidas pelas Pró-Reitorias.

A DIPLAD é composta pela Coordenação administrativa (CA) que responde pelas compras e licitações, almoxarifado, gestão e fiscalização de contratos, gestão de frotas/transportes, diárias e passagens, limpeza e copa, manutenção, vigilância e segurança e a seção de compras e contratos (SECCON). A Coordenação financeira, orçamentária e contábil (CCFO) responde pelos empenhos, liquidação, patrimônio, contabilidade e a seção contábil e patrimonial (SCP). Também está ligada à Direção de planejamento e administração e ao Setor representante de tecnologia da informação e comunicação (RTIC). Todas as coordenações, seções e setores possuem suas atribuições e competências descritas no [Manual de Competências do IFPR](#).

### 3.1.1.3 Direção de ensino, pesquisa e extensão

A Diretoria de ensino, pesquisa e extensão é a unidade responsável pela coordenação, orientação, execução, supervisão e avaliação das atividades da biblioteca, da secretaria acadêmica, de ensino, de pesquisa, de extensão, de inovação e do empreendedorismo, de acordo com as diretrizes do IFPR estabelecidas pelas Pró-Reitorias.

É importante frisar que cada uma das unidades executivas é composta por coordenações, seções, núcleos e órgãos colegiados de apoio, os quais possuem suas atribuições e competências descritos no [Manual de Competências do IFPR](#).

#### 3.1.1.3.1 Diretrizes gerais da pesquisa, extensão e inovação no campus Palmas

Considerando os princípios que norteiam as ações de pesquisa, extensão e inovação no IFPR, o campus Palmas, por meio da Direção de ensino, pesquisa,



extensão e inovação, Coordenação de pesquisa, extensão e inovação (COPEX), Comitê de pesquisa, extensão e inovação (COPE) e Núcleo de inovação tecnológica, buscam orientar e fomentar projetos e ações que visem consolidar a cultura de pesquisa, extensão e inovação no campus.

Os projetos de pesquisa podem ter por finalidade e execução de pesquisa básica, aplicada, translacional e tecnológica; o desenvolvimento e aprimoramento de produtos, serviços ou processos e a capacitação, formação e desenvolvimento de recursos humanos para atuação em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Em seu turno, as ações de extensão têm como função integrar as demandas formativas (ensino) e os resultados de pesquisa, com as demandas da sociedade, como forma de contribuição mútua entre os pilares que regem o processo formativo no IFPR.

As ações de inovação são aquelas que, articuladas a projetos de pesquisa e extensão, possibilitam o desenvolvimento propostas inovadoras de produtos, processos, serviços, métodos, organização e marketing, nos mais diversos contextos sociais, como o desenvolvimento de tecnologias sociais e avanços na economia solidária, além de inovações em políticas públicas. No âmbito das ações de inovação evidenciam-se ações de empreendedorismo, como incubadoras e empresas juniores; parcerias e convênios com outras organizações; e o foco do desenvolvimento local e regional.

Em suma, com o objetivo de fortalecer a relação entre ensino, pesquisa e extensão, o campus Palmas busca orientar ações que visam articular a participação dos estudantes e o atendimento direto ou indireto das demandas da comunidade externa, como forma de fortalecer a relação entre o IFPR e a sociedade.

Nos projetos desenvolvidos no campus, além da participação efetiva de docentes e técnicos como coordenadores, vice-coordenadores ou colaboradores, estão inseridos estudantes que atuam como bolsistas ou voluntários, bem como, a comunidade externa, quando se trata especialmente de projetos de pesquisa e extensão. Estas ações reforçam o papel da instituição em relação à indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Estas atividades são desenvolvidas e apoiadas pela instituição. Por meio de recursos próprios do campus. O IFPR também disponibiliza recursos, por meio dos editais CIEC/PIAP e CIEC/PIAE, para financiar projetos mediante recurso de apoio ao

pesquisador. Ainda, temos contado com o apoio de emendas parlamentares nestas ações e da Pró-Reitoria de extensão, pesquisa, pós-graduação e inovação (PROEPPi) por meio de diversos editais unificados de pesquisa, extensão, inovação e de aquisição de equipamentos, bem como de financiamento de projetos mediante recursos de apoio ao pesquisador.

Os resultados das ações destes projetos são apresentados em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais. Ainda, algumas atividades de ensino, projetos e programas de pesquisa, extensão e inovação são implantados em parceria com diferentes setores da sociedade, mediante convênios, contratos ou intercâmbios com outras instituições nacionais e internacionais, envolvendo docentes e discentes dos diversos níveis e modalidades de educação no atendimento às demandas locais, regionais e institucionais.

A implantação da Incubadora de empresas está sendo possível devido a um convênio estabelecido com a Prefeitura municipal de Palmas. Assim, busca-se fomentar o empreendedorismo, a extensão tecnológica e a prestação de serviços técnicos, promovendo a cultura da inovação, competitividade e capacitação empresarial.

A Farmácia universitária, viabilizada por convênio de acordo de cooperação com a Prefeitura municipal de Palmas - PR e o curso de Farmácia do IFPR campus Palmas. Os discentes, sob orientação, oferecem serviços farmacêuticos à comunidade de modo a contribuir para a promoção, proteção, prevenção e recuperação da saúde e para o uso racional de medicamentos.

Também estão em fase de implantação os Núcleos de práticas, que envolvem docentes e discentes dos cursos de graduação de Administração, Agronomia, Ciências Contábeis, Direito e Sistemas de informação. O objetivo principal é oferecer suporte à criação, manutenção e desenvolvimento de micro e pequenas empresas, além de pequenos produtores rurais, que são importantes geradores de emprego e renda.

Existem acordos e parcerias com outras instituições, como junto à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) e ainda a cooperação técnica entre o IFPR e Tribunal Regional Eleitoral.

O campus estabelece, ainda, diversos convênios de estágios, sendo seis deles formalizados com agentes de integração, nove convênios com instituições públicas,

quatro convênios com instituições do terceiro setor, e oito, com empresas diversas da região de Palmas e do estado do Paraná.

Além dos convênios e parcerias listados acima, também podemos citar a parceria em andamento entre o IFPR campus Palmas e a IES Santa Bárbara (Instituto de Educação Secundária Santa Bárbara), localizada em Málaga, Espanha. Esta parceria é um projeto de cooperação no campo da formação profissional, inicialmente on-line, no eixo profissional da saúde. A colaboração será desenvolvida no âmbito do programa Erasmus+, com o qual os centros de ensino técnico na Espanha trabalham para a internacionalização do ensino técnico.

Os discentes do campus Palmas também estão inseridos na comunidade e nas atividades de sua vida profissional através da realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios, com o apoio direto da Seção de Estágios e Relações Comunitárias (SERC).

O IFPR campus Palmas possui, ainda, um Centro de línguas, o qual tem como objetivo promover ações de ensino, pesquisa e extensão na área de línguas, com o intuito de construir uma política linguística na instituição, impulsionar a internacionalização docente e discente e favorecer a comunidade externa com cursos de idiomas.

Durante todo o ano letivo, no âmbito das relações comunitárias no IFPR campus Palmas, são realizadas diversas ações direcionadas à comunidade, as quais objetivam contribuir para a melhoria da qualidade de vida, para o desenvolvimento cultural, social e econômico local e, ao mesmo tempo, para o aperfeiçoamento das competências técnicas e práticas desenvolvidas nos cursos técnicos e de graduação. Contribui-se, dessa forma, para a transferência de tecnologia social e para o atendimento das demandas da comunidade, para o desenvolvimento do arranjo produtivo local e regional e, sobretudo, para o desenvolvimento humano.

Dentre estas ações pode-se citar o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), o qual presta serviço de assistência judiciária completamente gratuito; o Núcleo Extensionista Rondon - IFPR (NER-IFPR), oficialmente criado em 2017 e de caráter interdisciplinar, que tem o intuito de ser um espaço para o desenvolvimento das ações de extensão dos rondonistas do referido campus. O NER-IFPR, é constituído por mais de 40 discentes, graduados voluntários, quatro professores coordenadores de ações

e mais duas docentes colaboradoras, além das ações promovidas e executadas no município de Palmas.

Os servidores do campus Palmas também participam de diversos Conselhos relacionados às suas áreas de atuação, junto a comunidade local e regional.

### **3.1.2 Coordenações**

#### **3.1.2.1 Coordenação de ensino**

A Coordenação do ensino contribui na organização curricular do campus Palmas, desempenhando inúmeras funções voltadas às atividades de ensino, dentre elas destacam-se as funções de planejamento e assessoramento de ações didático/pedagógicas dos cursos; acompanhamento na elaboração dos projetos pedagógicos, junto às coordenações de curso de níveis médio integrado, graduações e pós-graduação. Este órgão também atua na coordenação das ações da Seção pedagógica e de assuntos estudantis e nas ações da equipe técnica dos laboratórios de ensino do campus.

#### **3.1.2.2 Coordenação de pesquisa e extensão**

A Coordenação de pesquisa e extensão (COPEX) atua no assessoramento à gestão do ensino no campus, e é responsável por coordenar a política de pesquisa, extensão e inovação na unidade. Entre suas competências estão a divulgação de eventos científicos de extensão e pesquisa, o fomento à publicação e o acompanhamento do processo de seleção de bolsas de iniciação científica, entre outras.

#### **3.1.2.3 Coordenadoria administrativa**

É a unidade responsável pela execução das atividades de suporte administrativo e de manutenção da Diretoria de planejamento e administração. A Coordenação administrativa (CA) responde pelas compras e licitações, almoxarifado, gestão e fiscalização de contratos, gestão de frotas/transportes, diárias e passagens, limpeza e copa, manutenção, vigilância e segurança e a Seção de compras e

contratos (SECCON). Suas atribuições e competências estão descritas no [Manual de Competências do IFPR](#).

#### 3.1.2.4 Coordenação contábil, financeira e orçamentária

É a unidade responsável por coordenar, executar e fiscalizar os processos de natureza orçamentária, financeira e contábil, auxiliando na gestão administrativa do campus à Diretoria de planejamento e administração. A Coordenação financeira, orçamentária e contábil (CCFO) responde pelos empenhos, liquidação, patrimônio, contabilidade e a Seção contábil e patrimonial (SCP). Suas atribuições e competências estão descritas no Manual de Competências do IFPR.

### 3.1.3 Seções e setores

#### 3.1.3.1 Seção de gestão de pessoas

A Seção de gestão de pessoas está diretamente ligada à Direção geral do campus e à Pró-reitoria de gestão de pessoas (PROGEPE). Pauta suas atribuições no desenvolvimento de atividades relacionadas ao cumprimento das normas e procedimentos institucionais.

Constitui-se num canal de diálogo, escuta e trocas de experiências entre os servidores com a PROGEPE, procurando estimular a cooperação, melhoria dos processos de gestão de pessoas e a integração entre os participantes, promovendo a desconcentração das atividades de gestão de pessoas, com agilidade e aprimoramento dos processos de trabalho.

Contribui no desenvolvimento de políticas institucionais por meio de propostas de melhorias e encaminhamentos de necessidades de capacitação dos servidores, visando garantir condições para que a instituição alcance os objetivos de ofertar uma educação profissional e tecnológica com vistas a formar cidadãos críticos, autônomos, reflexivos, aptos para o mundo do trabalho e capazes de atuarem e modificarem a realidade.

### 3.1.3.2 Seção de gabinete da direção geral

A Seção de gabinete do diretor geral está diretamente ligada à Direção geral. Assim, pauta suas funções na coordenação e execução de atividades administrativas e sociais, relacionadas às atribuições da Direção geral. É o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular as ações burocráticas, políticas e administrativas atinentes à Direção do campus.

### 3.1.3.3 Seção de secretaria acadêmica

A secretaria acadêmica é o órgão que operacionaliza todas as atividades ligadas à vida acadêmica do estudante, desde seu ingresso em um dos cursos do campus até a sua conclusão, colação de grau e expedição do diploma.

Este setor é o responsável pela inclusão dos cursos nos sistemas acadêmicos e pelo controle e organização das informações nestes sistemas, desde a matriz curricular até as informações relacionadas aos ciclos e percurso dos cursos.

Entre os procedimentos acadêmicos realizados pela secretaria do campus estão:

- Matrícula e rematrícula dos estudantes de todos os níveis, etapas e modalidades de ensino ofertados pelo campus;
- Emissão de declarações e documentos relacionados à situação acadêmica dos estudantes, bem como de diplomas e certificados de conclusão de curso;
- Protocolos, encaminhamentos e registros de todas as solicitações docentes e acadêmicas, conforme a organização didático-pedagógica do IFPR;
- Inserção de dados para informações nos sistemas de controles governamentais, Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), Educacenso e Plataforma Nilo Peçanha.

### 3.1.3.4 Seção de biblioteca

A Rede de bibliotecas do IFPR tem como missão promover o acesso e a disseminação da informação, favorecendo, sobretudo, a geração de conhecimentos por meio do incentivo e valorização do gosto pela leitura, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação profissional e humanística da comunidade acadêmica.



Faz-se núcleo de apoio às atividades pedagógicas da instituição, por meio da aquisição, tratamento técnico, armazenamento, preservação, disseminação e disponibilização de produtos e serviços de informação para a comunidade acadêmica.

A Biblioteca central do IFPR campus Palmas é um órgão suplementar, subordinado administrativamente à Direção de ensino do campus. Instalada em um prédio próprio, seu acervo, em 2021, está composto por 65.938 títulos e 100.092 exemplares, 7.147 ebook (Biblioteca BV Pearson). Possui um considerável número de obras raras e clássicas das ciências humanas.

A biblioteca também oferece serviços de orientação na elaboração de referências bibliográficas, fichas catalográficas de obras editadas pelo IFPR, levantamento bibliográfico, bem como orientação permanente ao usuário sobre uso de recursos e serviços disponíveis.

### 3.1.3.5 Seção pedagógica e de assuntos estudantis

Diretamente ligada à Direção de ensino, pesquisa e extensão, as ações da Seção pedagógica e de assuntos estudantis (SEPAE) consistem, principalmente, na organização das bases para que o trabalho pedagógico aconteça da melhor maneira possível, dadas as condições de produção de trabalho. Além disso, cabe a esta seção pensar o processo de ensino e de aprendizagem no campus, de modo a desenvolver estratégias que possam maximizar as possibilidades de aprendizado e permanência dos estudantes nos cursos ofertados.

Dessa forma, a SEPAE desenvolve um trabalho direcionado especialmente aos acadêmicos, de forma que todos os servidores da seção estabeleçam contatos, parcerias e trabalhos com outros profissionais do campus, como os servidores docentes e os servidores do setor administrativo, por exemplo. Assim, a SEPAE é uma equipe multidisciplinar que atua diretamente junto aos aspectos pedagógicos, sociais, psicológicos, legais, normativos e de necessidades específicas, envoltos no processo educativo no campus.

As áreas de atuação da SEPAE no campus Palmas são as seguintes: atendimento pedagógico, atendimento psicológico, assistência estudantil e assistência discente, os serão descritos a seguir.



#### *3.1.3.5.1 Atendimento pedagógico*

É o atendimento a estudantes, docentes e comunidade escolar realizado, principalmente, pelas servidoras pedagogas e pelos Técnicos em assuntos educacionais.

Suas principais atribuições e competências são:

- Viabilizar o trabalho pedagógico coletivo e facilitar o processo comunicativo da comunidade escolar e de associações a ela vinculadas;
- Atender diretamente a estudantes, docentes e comunidade escolar no assessoramento e orientação com relação aos processos pedagógicos do campus;
- Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Estudar medidas que visem melhorar os processos pedagógicos;
- Participar da elaboração de documentos, normativas e instrumentos específicos de orientação pedagógica e educacional;
- Participar do planejamento, desenvolvimento e divulgação de atividades pedagógicas;
- Elaborar e desenvolver projetos educacionais e de ensino, pesquisa e extensão.

#### *3.1.3.5.2 Atendimento psicológico*

É o atendimento, individualizado ou coletivo, desenvolvido pelo psicólogo do campus, junto aos estudantes e servidores da instituição.

Suas principais atribuições e competências são:

- Atuar no âmbito da educação formal realizando pesquisas e intervenção preventiva em grupo e individualmente;
- Colaborar para a compreensão e para a mudança do comportamento de educadores e educandos, no processo de ensino-aprendizagem, nas relações interpessoais e nos processos intrapessoais, referindo-se sempre às dimensões política, econômica, social e cultural;
- Prestar atendimento aos estudantes que estejam com alguma situação pessoal que interfira negativamente no seu desempenho acadêmico ou bem-estar na

instituição, tentando entender os conflitos do estudante e orientando-o em sua superação;

- Envolver, em sua análise e intervenção, todos os segmentos do sistema educacional que participam do processo de ensino-aprendizagem, promovendo a articulação entre família e instituição educacional; Contribuir na análise e intervenção no clima educacional, buscando melhor funcionamento do sistema que resultará na realização dos objetivos educacionais;
- Desenvolver grupos de orientação profissional para estudantes, com o objetivo de analisar criticamente o mundo do trabalho e articular a educação profissional às escolhas de cada um, inclusive educadores;
- Analisar as características do indivíduo portador de necessidades específicas para orientar a aplicação de programas especiais de ensino, em parceria com a comunidade escolar.

#### *3.1.3.5.3 Assistência Estudantil*

O serviço social atende aos estudantes matriculados nos cursos de ensino médio integrado ao ensino técnico e de graduação. Prioritariamente àqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, provenientes de escola pública.

Os serviços prestados à comunidade acadêmica de assistência social são realizados de forma direta, sendo que o principal contato é através das análises socioeconômicas durante o período de seleção para bolsas e auxílios dos Programas da assistência estudantil. Também é competência desse setor, de acordo com a demanda, realizar encaminhamentos à rede de proteção das outras esferas e poderes do governo (saúde, educação e assistência social, principalmente).

Os principais objetivos do trabalho da Assistência Estudantil são:

- Proporcionar o acesso às bolsas e auxílios da Assistência estudantil;
- Garantir o acesso e a permanência dos estudantes, aliado ao ensino público e de qualidade;
- Cooperar com a efetivação do direito à educação para a conquista da cidadania e da emancipação humana;
- Realizar um trabalho formativo e político com a comunidade interna e externa a respeito das ações da Assistência estudantil.

#### 3.1.3.5.4 *Assistentes de alunos*

O servidor Assistente de alunos tem como finalidade colaborar com o processo educativo, zelando pela correta execução das normativas institucionais, em observância ao cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A colaboração do servidor Assistente de alunos com o desenvolvimento do processo educativo se norteia pelo foco no acolhimento, permanência, adaptação e bem-estar dos estudantes na instituição, por meio do atendimento primário, observando suas necessidades e dando os encaminhamentos necessários aos setores competentes.

As principais atribuições e competências desse profissional são:

- Assistir, dar suporte e orientar os discentes nos aspectos relacionados às normativas institucionais, lazer, segurança, saúde, dentro das dependências do campus;
- Contribuir para a comunicação eficiente entre estudantes, docentes e os demais setores e serviços da instituição;
- Estabelecer contato com os demais profissionais do setor pedagógico e com os pais ou responsáveis de estudantes, na busca de soluções para problemas ou demandas discentes;
- Organizar ou auxiliar na organização de eventos escolares envolvendo e integrando os estudantes;
- Contribuir nas discussões relacionadas ao trabalho pedagógico e aos assuntos estudantis.

#### 3.1.3.6 *Seção de inovação e empreendedorismo*

A Seção de inovação e empreendedorismo (SIE) é caracterizada pelo planejamento, orientação, coordenação e avaliação das atividades de inovação e empreendedorismo do campus. Entre suas competências, estão a disseminação do espírito empreendedor e inovador entre os docentes e estudantes, a promoção de palestras e eventos relacionados a esta área e o fomento de ações e projetos relacionados à inovação tecnológica, entre outros.

### 3.1.3.7 Seção de estágios e relações comunitárias

A Seção de estágios e relações comunitárias (SERC) assessora a Diretoria de pesquisa e extensão e a Coordenadoria de pesquisa e extensão, e é responsável pela articulação, organização e execução de ações relacionadas à oferta de estágios e outras atividades necessárias ao desenvolvimento da prática profissional dos estudantes.

Entre suas competências estão a manutenção do fluxo de informações relativas ao acompanhamento e desenvolvimento dos estágios em andamento, assegurando a socialização de informações junto às coordenações de cursos, ao campo do estágio e setor de seguros, bem como orientação no preenchimento de documentação requerida, assinatura dos termos de estágio, entre outras.

### 3.1.3.8 Seção de compras e contratos

A Seção de compras e contratos (SECCON) é responsável pela organização e execução dos processos referentes à aquisição, manutenção e controle de bens e serviços necessários ao funcionamento do campus e está ligada à Coordenação administrativa (CA) e a Diretoria de planejamento e administração (DIPLAD). Responde pelas compras e licitações de bens e serviços e pela gestão e fiscalização de contratos.

### 3.1.3.9 Seção contábil e de patrimônio

A Seção contábil e patrimonial (SCP) é responsável pelas atividades inerentes à contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial e está ligada à CCFO e à DIPLAD. Responde pela movimentação, gestão e controle patrimonial do campus.

### 3.1.3.10 Setor Representante de tecnologia da informação e comunicação

O setor Representante de tecnologia da informação e comunicação (RTIC) é responsável pelas ações relativas à implantação, manutenção e funcionamento das tecnologias da informação e comunicação no campus e está ligada à DIPLAD.

### 3.1.3.11 Setor de Comunicação institucional

O setor de Comunicação institucional (SI) do campus Palmas é composto por um ou mais servidores docentes, técnicos administrativos e, quando possível, por servidores terceirizados e estagiários. Dentre as ações do setor de comunicação, pode-se destacar:

- Contribuir para consolidar a imagem institucional do IFPR;
- Fomentar o relacionamento com o público prioritário ou estratégico do IFPR (estudantes, servidores, potenciais estudantes, instituições de ensino em que estão matriculados estudantes em potencial, poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, instituições parceiras, egressos do IFPR, familiares de estudantes, imprensa, entre outros);
- Enfatizar a importância do IFPR enquanto instituição pública, com função social e responsabilidades em relação à sociedade paranaense e brasileira;
- Criar, de acordo com a demanda da comunidade interna do campus, textos, artes, materiais gráficos e jornalísticos que são publicados e divulgados nos veículos que se entende como os mais adequados, como, por exemplo, o site institucional, as redes sociais oficiais do campus, bem como rádios ou jornais com os quais se estabelecem parcerias formais ou informais.

Neste contexto, a equipe de comunicação do campus, em consonância, diálogo e parceria com a equipe de gestão, procura divulgar informações que sejam de interesse da comunidade interna e externa, propiciando o alcance informacional e o contato entre as partes.

### 3.1.4 Conselhos, comissões e núcleos

Além da estrutura organizacional descrita pelo organograma do campus, o princípio da gestão democrática norteia a gestão no campus Palmas. Conforme Veiga (1998, p. 14), a gestão democrática é um princípio da Constituição Federal de 1988 e “abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira”.

A gestão democrática é aqui compreendida como um processo político no qual as pessoas que fazem parte da instituição atuam, identificando problemas, discutindo, deliberando, planejando e encaminhando ações voltadas ao desenvolvimento, em

busca da solução daqueles problemas. Esse processo, é sustentado no diálogo e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções, tendo como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade acadêmica, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos partícipes.

O IFPR campus Palmas tem sua organização baseada na gestão democrática e participativa, de forma que além das direções, coordenações e seções, conta com uma estrutura formada por diversos órgãos colegiados, órgãos representativos, conselhos, núcleos e comissões que fomentam e possibilitam a participação coletiva na gestão do campus.

#### 3.1.4.1 Colégio de Dirigentes do campus

A Resolução n.º 8, de 30 abril de 2014, que regulamenta o Regimento interno comum aos campi do IFPR, estabelece a criação do CODIC. Tal órgão, de caráter consultivo, avaliativo, mobilizador, propositivo e normativo, visa a apoiar a gestão, opinando sobre as questões pedagógicas, administrativas, orçamentárias e disciplinares. O CODIC, no âmbito do campus Palmas, tem a seguinte composição: Diretor-geral, como presidente; Diretor de ensino, pesquisa e extensão; Diretor administrativo e financeiro; quatro coordenadores de cursos titulares e quatro suplentes, eleitos por seus pares com mandato de dois anos, permitida uma recondução; dois representantes dos docentes titulares e dois suplentes, eleitos por seus pares com mandato de dois anos, permitida uma recondução; dois representantes dos servidores técnico-administrativos titulares e dois suplentes, eleito por seus pares com mandato de dois anos, permitida uma recondução, e dois representantes discentes titulares e dois suplentes, eleitos por seus pares com mandato de dois anos, permitida uma recondução.

#### 3.1.4.2 Colegiado de Gestão Pedagógica do campus

De acordo com a Resolução n.º 8/2014, o CGPC é órgão auxiliar da gestão pedagógica, com atuação regular e planejada, na concepção, execução, controle,



acompanhamento e avaliação dos processos pedagógicos e da ação educativa, no âmbito de cada campus, em assessoramento à Direção-geral e ao CODIC.

Sua competência é exercida nos limites da legislação em vigor, das diretrizes da política educacional vigente, expedida pelo IFPR e do compromisso de serem centros permanentes de debates e órgãos articuladores dos setores escolares e comunitários.

É coordenado pela Direção de ensino, pesquisa e extensão, tendo como membros a Coordenação de ensino, as coordenações de curso, o (a) Coordenador (a) do NAPNE e um (a) pedagogo(a) da SEPAAE (IFPR, 2014).

#### 3.1.4.3 Colegiados de cursos

De acordo com a Resolução n.º 8/2014, o CC são órgãos consultivos e deliberativos para assuntos de natureza pedagógica, didática e disciplinar, no âmbito de cada curso. Tem como finalidade o desenvolvimento e fortalecimento dos cursos, assegurando a participação dos segmentos da comunidade escolar. Cada colegiado de curso é designado por portaria da Direção-geral e possui os seguintes componentes: docentes dos componentes curriculares do curso, um representante técnico administrativo em educação e dois representantes discentes.

##### 3.1.4.3.1 *Técnicos de laboratório*

O campus Palmas conta atualmente com Técnicos de laboratório nas áreas de Biologia, Química, Agroecologia e Informática, que atuam junto aos cursos das áreas referidas, dando suporte ao trabalho pedagógico desenvolvido nesses cursos.

As principais atribuições e competências dos servidores técnicos de laboratório são:

- Realizar ou orientar coleta, análise e registros de material e substâncias por meio de métodos específicos;
- Proceder à montagem de equipamentos e experimentos, os materiais de consumo em geral para serem utilizados em aulas práticas, experimentais e ensaios de pesquisa;

- Proceder à limpeza e conservação de instalações, equipamentos e materiais dos laboratórios, assim como controle de estoque dos mesmos;
- Controlar, gerenciar e supervisionar a utilização de materiais, instrumentos e equipamentos dos laboratórios.
- Colaborar com os demais setores da instituição, auxiliando no desenvolvimento das atividades que necessitam de entendimento técnico específico;
- Participar de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

#### 3.1.4.4 Comitê de pesquisa e extensão

O Comitê de pesquisa e extensão (COPE) é um órgão colegiado multidisciplinar e independente de caráter consultivo, educativo e deliberativo, instituído com o objetivo de assessorar a Direção de ensino, pesquisa, extensão e inovação do campus Palmas e a Pró-reitoria de extensão, pesquisa, pós-graduação e inovação do IFPR. O COPE do campus Palmas também é responsável pelas demandas do campus Avançado Coronel Vivida.

De acordo com a Portaria 156 de 21 de maio de 2020, as principais atribuições do COPE do campus Palmas estão relacionadas à divulgação de normas e diretrizes relativas aos projetos de pesquisa, extensão e inovação; assessoramento de servidores na elaboração e encaminhamento de seus projetos, bem como apreciar e dar parecer a estes; além de contribuir com a Direção de ensino, pesquisa, extensão e inovação do campus no acompanhamento dos projetos em desenvolvimento.

#### 3.1.4.5 Núcleo de Inovação Tecnológica

O Núcleo de inovação tecnológica (NIT) é um órgão diretamente subordinado à Coordenadoria de pesquisa, extensão e inovação do campus Palmas e vinculado à Diretoria de inovação da Pró-reitoria de extensão, pesquisa, pós-graduação e inovação do IFPR (PROEPPI).

O NIT operacionaliza a política de inovação do IFPR campus Palmas, com assessoramento técnico do NIT/PROEPPI, no que tange à criação de inovação, proteção da propriedade intelectual, transferência de tecnologia e criação de rede de pesquisadores no âmbito interno do instituto.

### 3.1.4.6 Núcleo de atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas

O Núcleo de atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas (NAPNE) do IFPR campus Palmas é um coletivo de natureza propositiva, consultiva e de assessoramento e está vinculado à Coordenadoria geral de núcleos de atendimento às pessoas com necessidades específicas – CONAPNE.

No âmbito do IFPR, o NAPNE visa promover e estimular a criação da cultura da educação para a convivência, respeito às diferenças e, principalmente, minimizar as barreiras educacionais, arquitetônicas, comunicacionais, de atitude e tecnológicas. Sobre isso, as ações do NAPNE visam incentivar, mediar e facilitar os processos de inclusão educacional, profissional e social das pessoas com necessidades específicas.

Consideram-se pessoas com necessidades específicas no âmbito do IFPR as pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, transtornos funcionais específicos (dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção, transtorno de hiperatividade, transtorno de atenção e hiperatividade, dentre outros), pessoa surda, com limitações físicas provisórias, entre outras previstas no arcabouço legal atual, em destaque as Leis n.º 12.764/2012, 12.796/2013 e 13.146/2015, o Decreto n.º 7.611/2011, as Notas técnicas nos 11/2010 e 04/2014, e a Resolução n.º 04/2009.

O NAPNE, atualmente, é composto por uma equipe multiprofissional, a saber: docentes de diferentes áreas, tradutores e intérpretes de LIBRAS, assistente social, pedagoga, técnico em assuntos educacionais e psicólogo.

Por fim, o NAPNE do IFPR campus Palmas é um espaço de debate, reflexão, luta e efetivação de proposições e ações para garantir o acesso, a permanência, o êxito e a conclusão de estudos/diplomação de todos estudantes, incluindo nesse íterim as pessoas com necessidades específicas.

#### 3.1.4.7 Núcleo de tecnologia e ensino à distância

O Núcleo de tecnologia e educação à distância (NUTEAD) tem a atribuição de gerenciar a oferta dos cursos da modalidade de educação à distância (EaD) no campus e região de abrangência, seguindo as orientações da Diretoria sistêmica de educação a distância e da Direção do campus.

Cabe à coordenação do NUTEAD a gerência da infraestrutura física e pessoal do núcleo, assim como o acompanhamento das ações pedagógicas e administrativas desenvolvidas na modalidade, fazendo a devida interlocução entre o campus e a Diretoria de EaD.

#### 3.1.4.8 Núcleo de arte e cultura

O Núcleo de arte e cultura (NAC) do campus Palmas é composto pelos docentes da área de Arte, técnicos administrativos em educação, estudantes e membros da comunidade externa. Tem o papel de fomentar a formação, a difusão e a articulação da produção artístico-cultural no campus.

O NAC campus Palmas está vinculado à Coordenação de arte e cultura da Diretoria de extensão da PROEPPI, assessorando o NAC/PROEPPI na gestão da política cultural do IFPR. Localmente, o NAC está subordinado à Direção de ensino, pesquisa e extensão e contribui significativamente para a educação integral da comunidade acadêmica, bem como para a memória e a preservação do patrimônio cultural, tanto institucional quanto da comunidade em que o campus Palmas está inserido.

O NAC campus Palmas responde pela implantação e gestão do Espaço cultural (em implantação) e pelo Museu e arquivo histórico do IFPR campus Palmas (em implantação - etapa 1 concluída com o apoio do Setor Patrimonial).

#### 3.1.4.9 Núcleo de estudos afro-brasileiros e Indígenas

O Núcleo de estudos afro-brasileiros e indígenas (NEABI) do campus Palmas está vinculado ao NEABI/PROEPPI e subordinado à Direção de ensino, pesquisa e

extensão do campus. O NEABI do campus Palmas é constituído por técnicos administrativos em educação e docentes de diversas áreas do conhecimento.

Tem o papel institucional de fomentar a formação, a produção de conhecimentos e a realização de ações que contribuam para a valorização da história, das identidades e culturas negras, africanas, afrodescendentes e dos povos originários tradicionais (etnias indígenas), na comunidade do campus Palmas, atuando no sentido de contribuir para a superação das diferentes formas de discriminação étnico-racial.

### **3.1.5 Acesso, mobilidade acadêmica e permanência**

O acesso aos cursos do IFPR campus Palmas ocorre por meio de processo seletivo próprio, realizado anualmente, tanto para os cursos de ensino médio integrado quanto para os cursos de graduação, além de edital próprio para ingresso nos cursos de licenciatura, disponibilizando vagas para docentes da educação básica que não possuem curso de licenciatura.

Havendo vagas remanescentes aos processos seletivos, poderão ser ofertadas vagas por meio de sorteio público, ou ainda, vagas para transferências internas e externas, mediante a publicação de edital específico, com os critérios para este processo.

Os processos seletivos para ingresso de estudantes no IFPR ocorrem de acordo com a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas instituições federais de ensino e estabelece que estas reservarão 50% do total de vagas, por curso e turno, tanto para ingresso na graduação quanto nos cursos técnicos de nível médio, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio (no caso de ingresso nos cursos de graduação) ou o ensino fundamental (no caso de ingresso nos cursos técnicos de nível médio) em escolas públicas. Desta reserva, ainda, 50% das vagas serão destinadas para estudantes cuja renda *per capita* mensal familiar não ultrapasse um salário-mínimo e meio.

A mesma lei (com redação dada pela Lei n.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016), define ainda que, do percentual de vagas destinadas a estudantes oriundos de escolas públicas, haverá uma reserva de vagas, por curso e turno, para candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas e para pessoas com deficiência. A

proporção dessas vagas destinadas a cotas por cor da pele, etnia e deficiência, deverão ser correspondentes, percentualmente, “à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE” (BRASIL, 2012).

Já a permanência dos estudantes é estimulada através da Política de apoio estudantil do IFPR, que é regulamentada pela Resolução da assistência estudantil, n.º 11, de 21 de dezembro de 2009, por meio dos vários programas de bolsas existentes.

A mobilidade estudantil no IFPR é normatizada pela Instrução interna de procedimentos n.º 02, de 01 de agosto de 2014 (PROENS), que discorre sobre a Mobilidade acadêmica nacional, Mobilidade acadêmica internacional e intercâmbio.

A Mobilidade acadêmica nacional permite a realização de atividades em outras instituições de ensino do país, mantendo o vínculo de matrícula no IFPR, permitindo ao acadêmico ampliar seus horizontes formativos, interagindo com outras realidades e contextos, e possibilitando o necessário distanciamento da sua própria realidade, para melhor compreensão e posterior tomada de decisão.

A Mobilidade estudantil internacional é estimulada por meio de convênios e editais que visam o fortalecimento da internacionalização do IFPR e têm por finalidade apoiar financeiramente ações que propiciem a inserção de estudantes do IFPR em instituições internacionais, como instrumento complementar de sua formação acadêmico-profissional, por meio do contato com diferentes métodos, processos e tecnologias, voltadas ao aprendizado, ao aprofundamento, à difusão e ao compartilhamento de experiências acadêmicas, científicas e culturais.

O Intercâmbio é uma modalidade em que o estudante do IFPR pode realizar atividades em outras instituições de ensino brasileiras ou estrangeiras e, ainda, permite ao IFPR receber estudantes dessas outras instituições, mediante disponibilidade de vagas.

A mobilidade acadêmica no IFPR ocorre tanto pela adesão aos programas do Governo federal, quanto pelo estabelecimento de convênios e parcerias interinstitucionais, nos quais o campus Palmas está integrado e atualmente conta com diversos estudantes em mobilidade internacional.

A permanência é estimulada por meio de projetos e ações desenvolvidos no campus Palmas, como o Projeto do espaço kids que será construído para o



atendimento das necessidades dos estudantes que possuem filhos pequenos e não têm com quem deixá-los durante suas horas de estudo. Este espaço será destinado ao cuidado e ao desenvolvimento de atividades lúdicas e recreativas com as crianças, filhos e filhas destes estudantes.

Além dos projetos e iniciativas do próprio campus, a permanência de estudantes no campus Palmas é estimulada por meio da Política de assistência estudantil do IFPR, que compreende o conjunto de ações que atendem aos princípios de garantia de acesso, permanência e conclusão do curso, de acordo com os princípios da educação integral (formação geral, profissional e tecnológica), em estreita articulação com os setores produtivos locais, econômicos e sociais. Esta política é posta em prática, por meio da oferta periódica de vários programas de bolsas e auxílios, sendo regulamentada através da Resolução CONSUP n.º 011/2009 e n.º 53/2011.

Essa política tem como premissa a respeitabilidade à diversidade social, étnica, racial e inclusiva, na perspectiva de uma sociedade democrática e cidadã e busca promover e garantir recursos necessários para que os estudantes superem os obstáculos que dificultam a sua formação integral. É desenvolvida por meio de ações que, além de educativas (pois incentivam a inclusão dos estudantes aos projetos de ensino, pesquisa e extensão), objetivam diminuir os índices de evasão e reprovação. Dessa forma, a Política de assistência ao estudante está integrada ao desenvolvimento pedagógico, ao exercício pleno da cidadania e à promoção de inclusão ao mundo do trabalho.

### **3.1.6 Programas institucionais de assistência estudantil**

Assim, para atendimento ao estudante em vulnerabilidade socioeconômica e em cumprimento de seus objetivos, o IFPR dispõe de diversos programas, os quais serão apresentados a seguir.

#### **3.1.6.1 Programa de bolsas acadêmicas de inclusão social**

O Programa de bolsas acadêmicas de inclusão social (PBIS), aprovado pela [Resolução CONSUP 64/2010](#), conta com o desenvolvimento de projetos acadêmicos,

que visam a inclusão de estudantes, principalmente aqueles em maior vulnerabilidade social. Seu principal objetivo é desenvolver a capacidade de interação da teoria com a prática e, ainda, a aproximação com os docentes, técnico-administrativos e coordenadores das mais variadas linhas de projetos.

O PBIS instiga o estudante a desenvolver o senso crítico, contribuir para os meios social, cultural, educacional, profissional e econômico e valoriza-o como agente transformador da sociedade e do meio em que vive.

### 3.1.6.2 Programa de auxílio complementar ao estudante

Programa de auxílio complementar ao estudante (PACE), aprovado pela Resolução IFPR 09/2021, visa proporcionar condições para a permanência e o êxito do estudante no seu curso. Busca complementar a renda do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para sanar suas despesas decorrentes de alimentação, transporte e moradia.

Para garantir o processo de aprendizagem, o programa possui ações básicas que possibilitam ao estudante sua manutenção na instituição, que oportunizam melhora na qualidade de vida e, com isso, de suas condições para o aprendizado significativo e êxito na formação acadêmica e profissional.

### 3.1.6.3 Programa estudante-atleta

O Programa estudante-atleta (PEA) é normatizado pela [IIP 01/2014 PROENS](#) e visa oportunizar aos estudantes a participação nas mais diversas modalidades esportivas, utilizando a prática física enquanto ferramenta socioeducativa. O PEA prepara os estudantes para a participação nos Jogos internos do IFPR, jogos regionais e nacionais da Rede Federal, contribuindo para convivência social, saúde física, acesso ao lazer, melhoria da qualidade de vida, bem como colabora no processo ensino-aprendizagem e na formação integral do estudante.

#### 3.1.6.4 Programa auxílio evento

O Programa auxílio evento (PAE), aprovado pela [Resolução IFPR 65/2010](#), é destinado a auxiliar nas despesas com alimentação, hospedagem, taxa de inscrição e deslocamento de estudantes para participação em eventos políticos, acadêmicos, esportivos e culturais. Valoriza-se dessa forma a construção técnica e profissional e coloca-o frente a novas perspectivas acadêmicas, de pesquisa, de extensão, e incentivo à formação social e profissional, oportunizando vivências no mundo acadêmico para além do cotidiano do campus.

Ainda, cada estudante acaba por trazer o reconhecimento do IFPR, na defesa do ensino gratuito e de qualidade, nos eventos pelo país, publicizando o desenvolvimento das pesquisas, projetos de extensão, de tecnologias e o ensino ofertado.

#### 3.1.6.5 Programa de bolsas monitorias

O Programa de bolsas monitorias foi instituído pela [Resolução IFPR 04/2010](#) e é destinado aos estudantes que apresentam domínio de determinados componentes curriculares, bem como disposição, para auxiliar aos demais colegas no processo ensino-aprendizagem destes componentes.

O referido programa tem como objetivo suscitar, no segmento discente, o interesse pela docência, possibilitar o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao seu exercício, promover a qualidade do ensino em todos os níveis e, através da interação entre teoria e prática, colaborar com demais estudantes nas atividades acadêmicas de ensino, na área do componente específico em contato direto com o docente responsável.

#### 3.1.6.6 Programa de auxílio a situações emergenciais

O Programa de auxílio a situações emergenciais (PRASE), instituído pela [Resolução IFPR 07/2020](#) e alterado pela [Resolução IFPR 43/2020](#), concede o auxílio a situações emergenciais aos estudantes contemplados dentro do número de vagas do PACE, edições veteranos e calouros, e que cumprem os requisitos constantes no

edital, como medidas de assistência ao educando em virtude da suspensão das atividades acadêmicas devido à pandemia de COVID-19.

### 3.1.6.7 Programa de inclusão digital

O Programa de inclusão digital (PRODIGI) consiste em um conjunto de ações institucionais, articuladas com a finalidade de prover aos estudantes ferramentas digitais necessárias ao processo de ensino-aprendizagem, afetado pela necessidade de prevenção e controle do contágio da COVID-19 no IFPR.

O PRODIGI, aprovado pela [Resolução IFPR 30/2020](#), tem os objetivos de: promover a preservação da vida de estudantes e servidores, em face da grave ameaça relacionada ao contágio da COVID-19; assegurar o direito à educação para os estudantes do IFPR nas condições das práticas pedagógicas não presenciais; fomentar o processo de inclusão digital dos estudantes do IFPR, como condição necessária para a sua formação integral e exercício da cidadania, nos novos cenários sociais surgidos a partir da pandemia COVID-19 e cenário pós-pandêmico; e mobilizar os servidores para o uso pedagógico eficaz das tecnologias digitais no âmbito do IFPR, como mediadoras do processo de formação integral dos estudantes.

O PRODIGI auxilia os estudantes por meio de ajuda financeira para fins de custear parcialmente despesas com aquisição de equipamentos, fornecimento de acesso à internet móvel e empréstimo de celulares, computadores ou *tablets*.

### **3.1.7 Programas institucionais de fomento às atividades de pesquisa, extensão e inovação**

#### 3.1.7.1 Programa de apoio à aquisição de equipamentos

O Programa de apoio à aquisição de equipamentos (PROEQ) foi instituído no IFPR pela [Resolução IFPR CONSUP n.º 81, de 21 de dezembro de 2018](#). É o Programa institucional de apoio à aquisição de equipamentos para pesquisa, extensão, cultura e inovação. Visa o suprimento da necessidade de equipamentos de uso compartilhado e destinados à melhoria da infraestrutura nos campi do IFPR, em todas as áreas do conhecimento.

Seus recursos podem ser utilizados na aquisição de equipamentos nacionais ou importados destinados ao uso compartilhado em laboratórios multiusuários de pesquisa científica, tecnológica e extensão.

### **3.1.8 Programas institucionais de pesquisa**

#### **3.1.8.1 Programa institucional de bolsas de iniciação científica**

O Programa institucional de bolsas de iniciação científica do Instituto Federal do Paraná (PIBIC/IFPR) foi instituído no IFPR pela [Resolução IFPR CONSUP n.º 75, de 21 de dezembro de 2018](#). É um programa da PROEPPI que visa apoiar o desenvolvimento de atividades em projetos de pesquisa, com a concessão de bolsas de auxílio financeiro a estudantes dos cursos de ensino médio e graduação, financiadas pelo IFPR, agências de fomento, convênios e/ou parcerias. Objetiva despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais nos estudantes mediante sua participação em atividade de pesquisa, orientada por pesquisadores do IFPR.

#### **3.1.8.2 Programa institucional de apoio à pesquisa**

O Programa institucional de apoio à pesquisa (PIAP) foi instituído no IFPR pela [Resolução IFPR CONSUP n.º 80, de 21 de dezembro de 2018](#). É um programa da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI), com apoio dos campi, destinado aos servidores do IFPR. Tem a finalidade de fomentar projetos de pesquisa desenvolvidos no IFPR, bem como custear atividades relacionadas aos mesmos. Seus recursos podem ser aplicados em despesas relativas ao projeto de pesquisa contemplado, tais como: aquisição de material de consumo e/ou permanente, inscrição em congressos e eventos científicos, entre outros.

#### **3.1.8.3 Programas institucionais de extensão**

Os Programas institucionais de extensão buscam a consolidação das políticas de extensão, arte e cultura no IFPR. Estes programas visam contribuir para a

formação profissional e cidadã dos estudantes, por meio da sua participação em ações de extensão.

As atividades são acompanhadas e supervisionadas por servidores/as da instituição, no âmbito de ações que têm como princípio a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e prioriza a interlocução da instituição com sujeitos da sociedade.

#### 3.1.8.4 Programa institucional de bolsas de extensão

O Programa institucional de bolsas de extensão (PIBEX), aprovado pela [Resolução n.º 76/2018 \(alterada pela Resolução n.º 52/2019\)](#), visa apoiar o desenvolvimento de atividades em projetos de extensão, com a concessão de bolsas de auxílio financeiro a estudantes dos cursos de ensino médio e graduação, financiadas pelo IFPR, agências de fomento, convênios e/ou parcerias.

Este programa objetiva estimular a participação de estudantes nas equipes executoras das ações de extensão, buscando contribuir para sua formação acadêmica e incentivar o espírito crítico, bem como a atuação profissional, pautada na cidadania e na função social da educação, favorecendo a integração entre o IFPR, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, dentre outros setores da sociedade.

#### 3.1.8.5 Programa institucional de apoio ao extensionista

O Programa institucional de apoio ao extensionista (PIAE), aprovado pela [Resolução n.º 79/2018 \(alterada pela Resolução n.º 55/2019\)](#), visa apoiar o desenvolvimento de atividades de extensão, com a concessão de auxílio financeiro a pesquisadores do IFPR, financiados pelo IFPR, agências de fomento, convênios e/ou parcerias. Tem como principais objetivos promover, valorizar e fortalecer as atividades de extensão no IFPR.

#### 3.1.8.6 Programa institucional de direitos humanos

O Programa institucional de direitos humanos (PIDH), aprovado pela [Resolução n.º 72/2018](#), visa o fomento a ações de extensão, pesquisa, inovação e

ensino relacionadas à temática da educação em direitos humanos. Tem como principais objetivos: articular os diversos setores da instituição para a realização de atividades relativas à educação dos direitos humanos; contribuir para a afirmação dos direitos humanos, voltada ao diálogo intercultural e ao empoderamento de pessoas e de coletividades, para a construção de condições de garantia da dignidade humana; estimular a conscientização para o combate ao preconceito, à discriminação e à violência no ambiente acadêmico, de forma a contribuir para a valorização da diversidade e da cultura da paz, promovendo a adoção de novos valores de liberdade, justiça, igualdade e diferença.

### **3.1.9 Programas Institucionais de Inovação**

#### **3.1.9.1 Programa institucional de desenvolvimento tecnológico e inovação**

O Programa institucional de desenvolvimento tecnológico e inovação (PRADI) tem por finalidade contribuir técnica e financeiramente, por meio de bolsas para os estudantes de nível médio e graduação, e auxílio financeiro aos coordenadores, para a aquisição de recursos materiais e serviços que auxiliarão no desenvolvimento dos projetos selecionados.

#### **3.1.9.2 Programa institucional de bolsas em desenvolvimento tecnológico e inovação**

O Programa institucional de bolsas em desenvolvimento tecnológico e inovação (PIBITI) tem por objetivo estimular os estudantes dos cursos de graduação nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação.

#### **3.1.9.3 Feira de inovação tecnológica**

A Feira de inovação tecnológica (IFTECH) representa um espaço de exposição de protótipos e/ou modelos inéditos desenvolvidos por meio de projetos que apresentam ao menos um dos seguintes tipos de inovação: de produto; de serviço; de processo; de marketing; de negócio e/ou organizacional. Procura incentivar projetos



que desenvolvem inovação, por meio de auxílio financeiro, a ser repassado aos coordenadores dos projetos, para o desenvolvimento de protótipos e/ou modelos a serem apresentados na feira.

#### 3.1.9.4 Workshop de tecnologias agroindustriais

O Workshop de tecnologias agroindustriais (IFAgroTECH), constitui-se em um workshop que procura conhecer as demandas locais, em termos de tecnologias e/ou inovação, voltadas à agroindústria ou à agricultura familiar, por meio da caracterização dos gargalos, principalmente tecnológicos, com o escopo de idealizar e desenvolver projetos para que os pesquisadores do IFPR – servidores e discentes – idealizem e testem soluções para problemas identificados por meio da inserção de estudantes com interesse resolutivo na comunidade local.

#### 3.1.9.5 Olimpíada de robótica

A Olimpíada de robótica representa um espaço de exposição de protótipos e/ou modelos inéditos desenvolvidos pelos servidores e/ou estudantes e que poderão ser utilizados em competições internas e/ou externas.

#### 3.1.9.6 Mostra de lançamento de foguetes

A Mostra de lançamento de foguetes representa um espaço de exposição de protótipos, desenvolvidos pelos servidores e/ou estudantes que poderão ser utilizados em competições internas e/ou externas. A construção de protótipos deve estar associada aos níveis 3 (combustível água e ar comprimido) e 4 (combustível vinagre e bicarbonato de sódio) dos tipos de foguetes.

## 3.2 PROCESSO DE AVALIAÇÃO NO IFPR CAMPUS PALMAS

### 3.2.1 Avaliação da aprendizagem: ensino superior e ensino médio

A avaliação da aprendizagem no IFPR campus Palmas, observa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9394/96 e a Resolução n.º 50, de 14 de julho de 2017, do IFPR, tendo, em ambos os documentos, seus fundamentos legais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9394/96) afirma que a avaliação do rendimento escolar do estudante deve ser contínua e cumulativa, predominando os aspectos qualitativos e prevalecendo o desempenho do aluno ao longo do período, sobre eventuais provas finais.

A avaliação da aprendizagem envolve os seguintes processos de avaliação:

- I. Diagnóstica: detecta o nível geral de conhecimentos dos estudantes, suas dificuldades e as medidas necessárias para supri-las;
- II. Formativa: é interna ao processo, contínua, interativa e centrada no estudante por meio de um diagnóstico que favoreça a regulação individualizada da aprendizagem, que não condena e compara o desenvolvimento da aprendizagem de uns com o mérito de outros; reavalia todas as etapas do processo ensino-aprendizagem acompanhando a aquisição do domínio dos conteúdos e competências;
- III. Somativa: avalia os objetivos, critérios e competências pretendidos; apresenta os resultados de aprendizagens e rendimento dos estudantes e seus dados subsidiam a revisão e replanejamento dos objetivos, métodos e conteúdos propostos no Plano de ensino, da presente e próxima etapa.

Assim, os meios para a operacionalização da avaliação serão: seminários, trabalhos individuais e em grupos, testes escritos e/ou orais, demonstração de técnicas em laboratórios, exercícios, dramatizações, apresentação de trabalhos de iniciação científica, artigos científicos, portfólios, resenhas, autoavaliação, Trabalhos de conclusão curso (TCC), entre outros.

Também serão avaliados e consideradas dimensões humanas como a ética, a iniciativa, a valorização do ser humano, a assiduidade, a participação, a responsabilidade, a relação interpessoal e a solidariedade.

As avaliações e estudos de recuperação são de responsabilidade do professor, respeitada a autonomia didático/metodológica e os preceitos legais, estabelecidos na legislação nacional e na Resolução IFPR n.º 50/2017, para definir quais os instrumentos mais adequados a serem utilizados para sanar as lacunas de aprendizagem.

A recuperação paralela será oferecida a todos os estudantes, principalmente aos que apresentarem baixo rendimento, tão logo sejam identificadas as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, através de atividades diversificadas, tais como: roteiro de estudos, participação em projetos de reforço e de revisão dos conteúdos não consolidados durante o processo ensino aprendizagem e avaliação, entre outras.

A frequência para aprovação deverá ser igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%) ao final do período letivo. Será considerado reprovado o estudante que não obtiver frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%).

Estudantes em processo de adaptação, (transferidos ou que vieram de um currículo que não está mais em uso), serão matriculados no período mais conveniente ao curso, desde que não seja em disciplinas que exigem pré-requisitos.

O IFPR campus Palmas acredita na avaliação escolar como mecanismo para que a educação seja sinônimo de transformação social. Uma avaliação transformadora necessita ser emancipatória. Neste sentido, a avaliação escolar deve ser contígua ao tipo de homem e sociedade propostos neste PPP, evitando-se o juízo de valor, a classificação baseada em critérios de excelência, a arbitrariedade de algumas normas e a violência simbólica. Deve, em vista disso, valorizar a comunicação, a interação, a orientação, a diversidade e o êxito.

De acordo com a Resolução IFPR n.º 50/2017, nos cursos de ensino médio, graduação e pós-graduação oferecidos pelos campi do IFPR, os resultados da avaliação da aprendizagem dos estudantes serão emitidos por área curricular, sendo expressos por conceitos, os quais definem-se em:

Conceito A: quando a aprendizagem do aluno for plena e atingir os objetivos propostos no processo de ensino-aprendizagem;

Conceito B: quando a aprendizagem do aluno for parcialmente plena e atingir os níveis desejáveis aos objetivos propostos no processo de ensino-aprendizagem;

Conceito C: quando a aprendizagem do aluno for suficiente e atingir níveis aceitáveis aos objetivos propostos, sem comprometimento à continuidade do processo de ensino-aprendizagem;

Conceito D: quando a aprendizagem do aluno for insuficiente e não atingir os objetivos propostos, comprometendo ou inviabilizando o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem (IFPR, 2017).

Estes conceitos terão emissão parcial no término de cada bimestre e emissão final ao término do ano letivo, para cada componente curricular. O estudante com insuficiência na aprendizagem terá o componente curricular retomado, com enfoque nos conteúdos considerados mais relevantes, para a progressão nos estudos.

O estudante será considerado aprovado quando obtiver o conceito igual ou superior a C e frequência igual ou superior a 75% na unidade/área curricular ao final do período letivo. Caso não o atinja, o estudante será considerado reprovado e ficará em dependência nessa unidade podendo avançar para o semestre ou série seguinte.

Os requisitos para aprovação nas aulas práticas e nos estágios são: obtenção dos conceitos A, B ou C no conjunto das atividades definidas no plano de ensino e frequência igual ou superior a 75%.

Nos cursos de ensino médio técnico, terá direito à progressão parcial o estudante que obtiver no máximo três reprovações, em três componentes curriculares distintos. Caso tenha quatro reprovações em componentes curriculares distintos, cursará novamente toda a série. A dependência ficará sob responsabilidade dos professores que ministram cada componente curricular, cabendo ao estudante cursá-la nos dias e horários determinados pelo docente juntamente com a equipe pedagógica.

No decorrer do período letivo serão oferecidos aos estudantes estudos de recuperação paralela ou retomada de conteúdos, principalmente aos que apresentarem dificuldades de aprendizagem.

### **3.2.2 Plano de avaliação institucional**

O Plano de avaliação institucional do IFPR atende às orientações do Sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861/2004, e tem por objetivo a promoção da qualidade de ensino nesse nível de educação.

A Lei 10.861/2004 prevê três dimensões para a avaliação institucional, quais sejam, a auto avaliação institucional, a avaliação externa *in loco*, e o Exame nacional de desempenho dos estudantes (ENADE).

Para o acompanhamento, discussão e execução da Avaliação institucional, a Lei 10.861/2004 prevê a criação da Comissão própria de avaliação (CPA) que, conforme o Relatório de auto avaliação do IFPR (2010, p. 17), tem como atribuições “coordenar e articular o processo de Avaliação Institucional, bem como disponibilizar o resultado final à comunidade acadêmica”.

A CPA do IFPR é composta por docentes, técnicos administrativos, discentes e representantes da comunidade paranaense. Por ser uma instituição multicampi, a CPA contém representantes dos diversos campi da instituição que, em seus trabalhos, pretendem levantar, anualmente, as potencialidades, fragilidades e as ações estratégicas para a melhoria da qualidade do ensino superior no IFPR, levando em consideração as dimensões previstas na legislação para esse nível de ensino.

Para tanto, todos os envolvidos no processo educativo são consultados, por meio de instrumentos avaliativos específicos para docentes, discentes e técnicos administrativos. Após a coleta desses dados e sua análise, a CPA sistematiza-os e divulga o relatório, disponível a toda a comunidade acadêmica.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do PPP do IFPR campus Palmas constitui-se como referencial que prevê, organiza, coordena e avalia a prática educativa na instituição, indicando, segundo o que afirma Libâneo (2004), a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

Como o próprio nome explicita, trata-se de um projeto, um trabalho contínuo e construído de forma coletiva e participativa que não pode ser concluído, apenas registrado em diferentes momentos da história do campus, e que deve ser continuamente revisto e avaliado. Dessa forma, o que realizamos aqui foi o registro sintético do entendimento da realidade e dos anseios da comunidade escolar atual.

Partimos do princípio de conhecer a realidade em que está inserido o campus Palmas. Feito isso, retomou-se o estado do último PPP revisto: o que propunha, como foi feito, objetivos atingidos e não atingidos. A partir desse material levantado, discutiu-se o que precisava ser retomado, excluído e colocado como novo objetivo. Dessa forma, a partir do reconhecimento do que já foi atingido e do que ainda há de se fazer, pensaram-se os fundamentos filosóficos da instituição: eles ainda são os melhores para o caso do campus ou se urgia alguma modificação?

Para tanto, um conjunto de formações foi realizado, visando à compreensão da construção de um pensamento pedagógico. Em seguida, refletimos sobre ela, e, desta reflexão, surgiu o planejamento, de fato, de ações que viabilizem a construção da realidade que almejamos para atender as necessidades sociais e individuais dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

##### O Projeto Político Pedagógico

[...] é uma exigência legal que precisa ser transformada em realidade por todas as instituições de ensino do país. Entretanto, não se trata apenas de assegurar o cumprimento da legislação vigente, mas, sobretudo, de garantir um momento privilegiado de construção, organização, decisão e autonomia da escola. Por isso, é importante evitar que essa exigência se reduza a mais uma atividade burocrática e formal a ser cumprida (NETO, 2014, p. 03).

Entendemos o PPP para além de um documento exigido em lei, mas como a garantia da gestão democrática dentro da instituição, caracterizado pela construção coletiva e com foco na transformação da escola tanto em suas dimensões pedagógicas e administrativas quanto políticas.

Afirmamos ainda que, a partir do trabalho coletivamente empreendido, chegamos à importante conclusão de que o PPP não se caracteriza como uma amarra ou um cerceamento ao trabalho docente, mas em uma chance de, por meio do dialogismo entre diversas posições existentes no campus, elaborarmos um plano de ações e compromissos que não podem se dar de qualquer forma, mas sim, assumindo-se um compromisso político-teórico sobre a práxis pedagógica que visa à transformação social.



## REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da Educação**. São Paulo. Moderna, 1996.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l9394.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior- SINAES e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm)>. Acesso em: 22 jun. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 5 abr. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 22 jun. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm)>. Acesso em 22 jul. 2021.

CASSIOLATO, J.E.; SZAPIRO M. Uma Caracterização de Arranjos Produtivos Locais de Micro e Pequenas Empresas. In: LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E.; MACIEL, M.L. (Orgs.). **Pequena Empresa: Cooperação e Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: Relume Dumerá, UFRJ, Instituto de Economia, 2003.

CHAUÍ. M. **O que é Ideologia**. São Paulo. Brasiliense, 1981.

DRUCKER, P. **Sociedade pós-capitalista**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

GADOTTI, M. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. São Paulo: Ática, 2004.

GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. In: **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Comissão Própria de Avaliação. Relatório de Auto Avaliação do IFPR- 2011**. Curitiba - Paraná, março de 2011.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Conselho Superior. Resolução n. 002 de 30 de março de 2009**. Estabelece as Diretrizes para Gestão das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no Âmbito do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <<https://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-022009/>>. Acesso em: 7 mai. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Conselho Superior. Resolução n.º 11, de 25 de abril de 2011**. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <<https://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-112011/>>. Acesso em: 4 mai. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Conselho Superior. Resolução n.º 11, de 2009**. Estabelece o Programa de Assistência Complementar ao Estudante do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <<https://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-112009/>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Conselho Superior. Resolução n.º 13, de 1 de setembro de 2011**. Estatuto do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <<https://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-132011/>>. Acesso em 10 abr. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Conselho Superior. Resolução n.º 50, de 14 de julho de 2017**. Estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR. Disponível em: <<https://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-no-50-de-14-de-julho-de-2017/>>. Acesso em: 2 abr. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Conselho Superior. Resolução n.º 53, de 21 de dezembro de 2011**. Altera os Artigos 7º, 8º e 12º da Resolução 11/2009 que Determina a Política de Apoio Estudantil do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <<https://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-112009/>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Conselho Superior. Resolução n.º 56, de 03 de dezembro de 2012**. Aprova o Regimento Geral do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <<https://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-56-2012/>>. Acesso em 9 fev. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Conselho Superior. Resolução n.º 64, de 28 de julho de 2010**. Aprova a Criação do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social. Disponível em: <<https://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-112009/>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Portaria n.º 27, de 25 de maio de 2021**. Define os procedimentos para elaboração e atualização dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Disponível em: <<https://reitoria.ifpr.edu.br/institucional/pro-reitorias/proad/portarias/>>. Acesso em 13 jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Projeto Político Pedagógico**. Palmas - Paraná, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n.º 68, de 14 de dezembro de 2018**. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023. Disponível em: <<https://reitoria.ifpr.edu.br/gestao-e-administracao/revisao-e-consolidacao-dos-atos-normativos/atos-normativos-inferiores-a-decreto/resolucoes/>>. Acesso em: 9 abr. 2020.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLS) do Estado do Paraná: Diretrizes para políticas de apoio aos arranjos produtivos locais**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba: IPARDES, 2006.

LAVOURA, T. N., MARTINS, L. M. A dialética do ensino e da aprendizagem na atividade pedagógica histórico-crítica. In: **Interface** (Botucatu). 2017; 21(62):531-41.

LEMOS JUNIOR, W. A História da Educação Profissional no Brasil e as Origens do IFPR. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**, Curitiba, PR, v.1, n.1, 3, jan./jun., 2016.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1985.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MENDES, D. T. **Tendências e Correntes da Educação Brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)>. Acesso em: 24 fev. 2021.

NETO, J. C. de M. **A Construção do Projeto Político Pedagógico da Escola.** Disponível em: <<http://www.moodle.ufba.br/mod/book/view.php?id=14550&chapterid=10905>>. Acesso em: 16 mai. 2014.

PACHECO, E. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais:** diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015.

RAMOS, M.N. O projeto unitário do ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. *In:* FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. (Orgs.). **Ensino Médio:** ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004. p.37 37-52.

SÁ, N. P. **Educação:** Contradições do Pensamento Crítico no Brasil. São Paulo, PUC, 1985. Tese de Doutorado.

SANDER, B. **Consenso e Conflito:** Perspectivas Analíticas na Pedagogia e na Administração da Educação. São Paulo: Pioneira, 1984.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11.ed.rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. — (Coleção educação contemporânea)

SCHLEMPER A.L. **IFPR – Câmpus Palmas:** Possibilidades e Limites de Atuação nos Arranjos Produtivos Locais da Região Sudoeste do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Pato Branco - PR - Dissertação de Mestrado, 2013.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico da Escola:** Uma Construção Possível. São Paulo: Papyrus, 2004.